



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
 Eláccio da Marta
 Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Antes da Ordem do Dia_ Procedeu-se à tomada de posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Deu entrada na Mesa duas iniciativas, pelo Líder do Grupo Parlamentar do ADI, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, propondo um voto de pesar pelo passamento físico do ex-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Príncipe, o Sr. Francisco Ambrósio Espírito Santo, e outro de congratulação pela eleição do Sr. Duarte Pacheco ao cargo de Presidente da União Interparlamentar. Procedeu-se à leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) felicitou à juventude são-tomense pela comemoração de 5 de Novembro, Dia Internacional da Juventude. Teceu considerações sobre a pandemia do coronavírus e apelou ao cumprimento das medidas de restrição impostas pelas autoridades nacionais. Saudou a introdução da disciplina de empreendedorismo nas escolas.

Em declaração política, o Sr. Deputado Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD) congratulou-se com as acções do Governo, apelou ao cumprimento escrupuloso das normas, particularmente às eleitorais e associou-se ao Deputado Danilson Cotú, relativamente às medidas adoptadas no combate ao coronavírus.

Em declaração política, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira (ADI) criticou as acções do Governo e à falta de emprego para os jovens. Apelou ao apuramento de responsabilidades, relativamente às irregularidades apontadas no Relatório do Tribunal de Contas, às obras das pontes sobre o Rio Água Grande. Questionou os procedimentos para a votação na diáspora e a instalação da zona franca no sul do País.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) felicitou o Sr. Cílcio dos Santos pela sua nomeação ao cargo de Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização. Apelou a não utilização da expressão «*Onta ocê bom!*», para evitar os conflitos familiares, tendo manifestado a sua indignação pelo aumento da violência doméstica, o assédio sexual e violação de menores. afirmou que fará advocacia à adopção de legislação para o combate destes flagelos junto das organizações não-governamentais, como a SOS Mulher e Associação de Mulheres Juristas. Apelou à população ao cumprimento de medidas definidas pelo Ministério da Saúde contra o coronavírus, alertando às entidades competentes ao não esquecimento do combate ao paludismo.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD) congratulou-se com as medidas do Governo, relativamente ao estado de calamidade. Criticou à falta de higiene no Hospital Central Ayres de Menezes e apelou a medidas urgentes, para a recolha de cães neste hospital. Abordou a questão da informatização do Serviço da Segurança Social, cujo investimento não surtiu qualquer efeito.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) apelou ao trabalho e à contribuição de todos para desenvolver o País. Apelou ao pagamento aos pensionistas e funcionários do projecto do GIME.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) associou-se ao Sr. Deputado Levy Nazaré, quanto à violência doméstica, tendo destacado a violência nas escolas. Questionou o atraso nos pagamentos dos professores.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) referiu-se à necessidade de se dar maior visibilidade a Casa Parlamentar e aos trabalhos parlamentares realizados. Associou-se aos demais Deputados, relativamente à problemática de abuso sexual de menores e questionou estratégias a serem implementadas no combate. Criticou a prática do

aborto. Apelou às autoridades competentes a darem maior atenção ao Hospital Ayres de Menezes e a instalação da hemodiálise no País, e à interdição da venda de explosivos.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Maurício Rita (MLSTP/PSD), felicitou o Governo e saiu em defesa da Ministra da Educação e Ensino Superior, relativamente à crítica a este sector. Apelou ao abastecimento de água potável ao Hospital Ayres de Menezes.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) apelou às autoridades à adopção de medidas para apetrechar o Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça, para evitar evacuações para São Tomé, tendo lamentado quatro vítimas mortais, no Príncipe, no curto espaço de tempo.

Agradeceu à intervenção do Governo na Praia das Burras e apelou a uma atenção especial na Praia Abade.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI), apelou às melhores condições nas casas de banho do Hospital Ayres de Menezes, bem como o aumento de médicos no bloco operatório para atendimento aos pacientes.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), associou-se ao Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), quanto à felicitação aos jovens são-tomenses. Apelou às autoridades a darem maior atenção à Cadeia Central e aos Hospitais, nomeadamente Ayres de Menezes e de Campanha a COVID-19. Apelou à aplicação escrupulosa da lei contra a violência doméstica.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) associou-se ao Sr. Deputado Guilherme Octaviano, relativamente à questão da informatização da Segurança Social, o que mereceu o protesto do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI).

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Alda Ramos (ADI) referiu-se à falta de condições de algumas famílias para matrícula dos seus filhos, apelando a intercessão das autoridades competentes. Referiu-se ao Instituto de Segurança Social e apelou à uma atenção aos pensionistas inscritos.

Por último, em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Celmira Sacramento (ADI), agradeceu e felicitou o Conselho de Segurança Alimentar Nutricional (CONSAN) e Associação São-tomense para Promoção Familiar (ASPF) pelos seminários realizados, cujos temas foram interessantes. Referiu-se à problemática da violação de menores e apelou à advocacia das Deputadas e Deputados, para a construção de uma casa de acolhimento às vítimas de violência sexual.

Ordem do Dia_ Foram aprovados dois votos de pesar pelos passamentos físicos do ex-Presidente do Tribunal de Contas, Bernardino Araújo e do ex-Presidente da Assembleia Regional Francisco Espírito Santo.

Foram aprovados na generalidade os Projectos de lei n.º 16/XI/4.º/2020 – Criação do fundo de apoio à promoção da cultura; n.º 26/XI/4.º/2020 – Primeira alteração à Lei n.º 6/2012, de 6 de agosto – Lei que aprova o Código Penal; e n.º 27/XI/4.º/2020 – Lei contra furto nas parcelas agrícolas.

Foi aprovado na generalidade, especialidade e em votação final global a Proposta de lei n.º 11/XI/3.º/2020 – Que regula a venda e porte de armas brancas e substâncias de riscos nas vias públicas.

Foram aprovados na generalidade, especialidade e em votação final global os Projectos de resolução n.º 72/XI/5.º/2020 – Criação de uma Comissão Eventual para apreciar as contas Gerais do Estado pendentes e os respectivos relatórios e pareceres do Tribunal de Contas; e 73/XI/5.º/2020 – Substituição de dois membros da Aliança Parlamentar para Segurança Alimentar e Nutricional – APSAN.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 5 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos Vila Nova
Celmira de Almeida **Sacramento**
Danilo Francisco dos Santos **Quaresma**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Eurídice **Borges Semedo**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Paulo Jorge **Carvalho**
Policarpo Viegas d'Oliveira **Freitas**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José **da Costa**
Adilson dos Reis Vaz
Amaro Pereira do **Couto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa Semedo**
Ayza Fortes da **Silva**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Elákcio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
José Rui Tavares Cardoso
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
Ketty-Keyla Neto da Silva **Borges**
Leonilda Maria Trovoada de A. Pires **dos Santos**
Maiquel Jackson do Espírito **Santo**
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Óscar Cosme da Conceição **Gina** da Silva
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**

Jamiel Joana Segunda
Movimento de Cidadãos Independentes
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, caros técnicos, bom dia.
Consta que temos a presença de 53 Deputados na Sala.

Tal como previsto na agenda, há períodos prévios à ordem do dia, então, vamos conferir posse aos Deputados substitutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. **Secretário** (Eláccio da Marta): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A Mesa recebeu dos grupos parlamentares três pedidos de substituição. Sendo assim, procedemos à tomada de posse dos Deputados substitutos.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos 10 dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos, Danilo Francisco dos Santos Quaresma, Eurídice Borges Semedo Medeiros e Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva, em substituição dos Srs. Deputados André Varela Ramos, Ekneide Lima dos Santos e Danilo Neves dos Santos, dos Círculos Eleitorais de Água Grande e Lembá, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelo empossado e por mim, o Secretário que o lavrou.»

O Sr. **Presidente**: — Tal como previsto na agenda da ordem do dia, há períodos prévios. De seguida, vamos ouvir do Sr. Secretário a leitura dos anúncios ou expedientes realizados pela Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Neste período prévio, o Grupo Parlamentar do ADI pretende submeter à Mesa duas propostas, uma de voto de pesar, pelo passamento do ex-Presidente da Assembleia da Região Autónoma do Príncipe, e a outra, voto de congratulação ao novo Presidente da União Interparlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Esta questão será introduzida após o anúncio dos expedientes realizados pela Mesa, das declarações políticas e dos assuntos de interesse político relevante.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Passo à leitura dos expedientes dados entrada na Mesa da Assembleia, começando pelos projectos de lei, sob a iniciativa, quer dos Deputados, quer dos grupos parlamentares.

Temos o projecto de lei n.º 16, é da iniciativa do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, «Criação do Fundo de Apoio à Promoção da Cultura», diploma que está agendado para a reunião plenária de hoje, na sua vertente de votação na generalidade.

Temos o projecto de lei n.º 17, também da Coligação, «Lei Contra a Poluição Sonora». Deu entrada e encontra-se na 1.ª Comissão Especializada Permanente.

Temos o projecto de lei n.º 18, também da Coligação, relativo à Capacitação em Primeiros Socorros para Educadores e Auxiliares da Educação Pré-Escolar, baixado à 1.ª e 3.ª Comissões Especializadas.

Iniciativa n.º 19, da Coligação, «Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral». Encontra-se na 1.ª e 4.ª Comissões, para efeito de pareceres.

Iniciativa n.º 20, da Coligação, «Nova Lei da Comissão Eleitoral», também se encontra na 1.ª e 4.ª Comissões.

Iniciativa n.º 21, «Nova Lei Eleitoral», também se encontra na 1.ª e 4.ª Comissões, para efeito de análise e parecer.

Iniciativa n.º 22, «Lei dos Partidos Políticos», também da iniciativa da Coligação, foi submetida à 1.ª Comissão e já tem o seu parecer.

Iniciativa n.º 23, «Nova Lei-Quadro Eleitoral das Autarquias Locais», já tem o parecer da 1.ª Comissão Especializada.

Iniciativa n.º 24, também da Coligação, «Nova Lei do Gabinete Técnico Eleitoral», com o parecer da 1.ª Comissão Especializada.

Temos o projecto de lei n.º 25, Primeira alteração à Lei n.º 9, Lei de Base de Saúde, também iniciativa da Coligação, encontra-se na 3.ª Comissão, para efeito de análise e parecer.

Iniciativa n.º 26, Primeira alteração à Lei n.º 6/2012, de 6 de Agosto, Lei que aprova o «Código Penal» e está agendada para a sessão plenária de hoje.

Temos o projecto de lei n.º 27, Lei Contra Furto nas Parcelas Agrícolas, também é uma iniciativa da Coligação, está agendada para a reunião plenária de hoje.

Passemos aos projectos de resolução.

Por autoria de um grupo de Deputados, o projecto de resolução n.º 72, que Propõe a Criação de uma Comissão Eventual para Analisar e Apreciar todas as Contas Gerais do Estado pendentes e os respectivos Relatórios e Pareceres do Tribunal de Contas. Este diploma deu entrada em finais de Outubro e está também agendado para a reunião plenária de hoje.

Temos o projecto de resolução n.º 73, proposta de substituição de dois membros para a composição da Aliança Parlamentar e Nutricional. Esta iniciativa de substituição dos Deputados vem do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, também está agendada para a sessão plenária de hoje.

Em termos de propostas de lei, sob autoria do XVII Governo, temos a iniciativa n.º 11, que Regula a Venda e Porte de Armas Brancas e Substâncias de Risco nas Vias Públicas. Está agendada para a sua versão final global na reunião de hoje e foi aprovada, na especialidade, a 2 de Outubro de 2020, pela Comissão competente.

Temos a proposta de lei n.º 17, que altera a Lei n.º 3/17, Código Aeronáutico, também já foi aprovada na especialidade pela 1.ª Comissão Especializada Permanente.

Iniciativa n.º 18, Nova Lei da Televisão, que se encontra ainda na 1.ª Comissão Especializada, para sua análise e discussão na especialidade.

Em termos de proposta de resolução da autoria do Governo, há vários acordos que já deram entrada e não vale a pena ser repetitivo, porque já foram lidos noutras sessões plenárias, mas passaria a questões mais novas. Trata-se do Acordo de Empréstimo entre o Governo da República da Guiné-Equatorial e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Temos o Acordo entre São Tomé e Príncipe e Ruanda, relativo aos serviços aéreos entre as partes, além dos seus respectivos territórios.

Há um pedido novo de assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do navio da Marinha Francesa «Ventose», no período de 17 e 18 de Novembro de 2020. Porque este assunto já foi abordado a nível da Conferência, estará agendado, tendo em conta o período solicitado pelo Governo, na próxima reunião plenária, logo a seguir a esta.

Por último, também iniciativa do Governo, proposta de resolução n.º 41, Acordo de Financiamento entre o Banco Europeu de Investimento e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assunto também abordado a nível da Conferência de Líderes e estará agendado para a próxima reunião plenária, a seguir a esta.

Sr. Presidente, são os assuntos mais relevantes que deram entrada neste período de férias.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário.

Acabamos de ouvir a síntese dos expedientes desenvolvidos na Casa Parlamentar. No entanto, de acordo com o previsto no artigo 272.º do Regimento, a Mesa elaborou um relatório de todas as actividades desenvolvidas na sessão anterior, relatório este que será publicado no nosso Diário, provavelmente ainda hoje ou o mais tardar amanhã. É esse o relatório que deverá ser publicado, para que todas as Sras. e Srs. Deputados tomem o devido conhecimento.

Se houver alguma dúvida, na próxima sessão plenária, cada uma ou cada um dos Srs. Deputados poderá eventualmente levantar questões, pedir esclarecimento sobre a matéria aqui referida.

Passemos de imediato ao segundo ponto do período prévio à ordem do dia. Os três Grupos Parlamentares solicitam o direito de proferir a sua declaração política.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDF-UDD, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Antes de adentrar no âmago desta breve declaração política, permita-me apresentar, em meu nome próprio e no da Coligação PCD/MDFM-UDD, as mais sinceras e cordiais saudações a todo o povo de São Tomé e Príncipe e aos estrangeiros que escolheram habitar nestas ilhas.

«Não desmerecendo a devida atenção aos demais são-tomenses de todas as idades, em virtude de estarmos no mês de Novembro, mês dedicado à juventude são-tomense, é-me imperativo endereçar uma mensagem de felicitação, de renovação e de esperança a toda a juventude são-tomense, pela comemoração do dia 5 de Novembro, num país onde 38% da população tem idade compreendida entre os

14 e os 35 anos, segundo o senso de 2012. É imperioso que os partidos políticos apostem em políticas públicas voltadas para a resolução dos inúmeros problemas enfrentados por essa enorme fatia da população do País.

A Coligação PCD/MDFM-UDD aproveita o ensejo para enaltecer as acções do Executivo, no sentido de proporcionar oportunidades para a nossa juventude. Porém, temos que admitir que os problemas persistem e que a nossa juventude ainda vive a incerteza, quanto ao combate ao desemprego jovem, ao acesso às tecnologias de informação, à existência de um programa de habitação jovem, bolsas de estudo, acesso aos meios de formação e informação, etc., etc.

Excelências, Sras. e Srs. Deputados, o nosso país enfrenta desafios que são típicos de Estados pequenos e insulares e que afectam a nossa capacidade de lidar com choques externos e de ter um orçamento equilibrado.

São Tomé e Príncipe tem crescido, impulsionado pela agricultura, pelo turismo, pelo investimento estrangeiro directo, alimentado pelo petróleo, mas principalmente pelas despesas governamentais, impulsionados pela ajuda externa e empréstimos contraídos junto aos nossos parceiros, no quadro da cooperação bilateral e multilateral, às quais aproveito o ensejo para agradecer.

A semelhança do que acontece em muitos países, inclusive os de economia desenvolvida, prevê-se que o País venha a sofrer uma grave crise económica, como resultado da queda do turismo, devido à pandemia da Covid-19. A pandemia afectou gravemente a indústria do turismo que vinha sendo, até há bem pouco tempo, um sector em crescimento e responsável por uma grande parte de emprego formal. Hoje, praticamente inoperante, deixou muitas famílias em situação de dificuldades, como resultado de perda do rendimento de empresas ligadas ao sector e conseqüente perda de divisas e receitas fiscais.

Sendo a juventude a maior franja da população do nosso país, ela é necessariamente a que mais sofre os impactos dessa situação económica, vendo os seus sonhos adiados. Gostávamos, a este respeito, de enaltecer o Programa de Empreendedorismo e Crédito Jovens, assim como a introdução da disciplina de empreendedorismo no Ensino Secundário. Estamos certos, que a coligação dessas e outras políticas, com coerência, justiça e transparência levará, com certeza, à solução paulatina do problema de desemprego no País.

Caros jovens, a situação acima exposta obriga a um despertar de consciência por parte de cada uma e cada um deste país, de modo a juntos *sacapulirmos*, no sentido de encontrarmos soluções sustentáveis, para inverter a situação que hora preocupa a todos. A classe política e os actores políticos devem chamar a si a responsabilidade de encontrar soluções e alternativas para os jovens, colocando a juventude no centro das suas agendas e evitar o clima de *«fichim»*, típico de quem aposta no dividir para reinar.

Os actores políticos são-tomenses devem procurar congregar a sociedade e deixar de lançar venenos no seio da sociedade, com o propósito meramente eleitoralistas.

Entendemos que os políticos devem ser um exemplo de rectidão, de integridade, de honestidade e de referência para a juventude, que procura, desesperadamente, por um país de oportunidades para todos. É fundamental que os jovens sejam os timoneiros dessa embarcação, que enfrentam o mar revolto das dificuldades, em busca de dias melhores para todos.

Permitam-me, neste sentido, parafrasear *John Kennedy*, antigo estadista americano: «não pergunte o que o seu país pode fazer por você, pergunte o que você pode fazer pelo seu país.» A hora é agora, a hora é esta.

Muito obrigado a todos e bem-haja.»

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Em seguida, vamos ouvir o Sr. Líder Parlamentar do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, o Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: «O País e o modo de vida do povo são merecedores de atenção e de reflexão por todos e, em mais alta responsabilidade, dos Deputados, representando adversidades das vontades inspiradoras do corpo eleitoral.

A reunião plenária da Assembleia Nacional, chamada a congregar a totalidade dos Deputados em efectividade de funções, é ocasião privilegiada para a observação da evolução que opera no País e o questionamento sobre as perspectivas saudáveis pela colectividade nacional. Assumimos aqui o nosso espaço e a nossa responsabilidade, preocupados com dois aspectos fundamentais, que se traduzem no enquadramento do papel do povo e da democracia, no sistema político normalizado. É umbilical a relação entre as instituições e o desenvolvimento económico e social. A eficácia do funcionamento das instituições impacta, satisfatoriamente, na vida material da colectividade. O irregular ou anormal funcionamento das instituições gera prejuízos tais na condição material das pessoas, conseqüências de perturbações decorrentes das anormalidades, induzindo interrogações e reacções que no final produzem inconveniências para a globalidade dos cidadãos.

É indiscutível que a norma é virtuosa. A sua função é de assegurar a mais sólida união, para que as menos boas soluções sejam afastadas, mas também a norma não é natural, não surge de si própria. É sim edificada pela vontade de mulheres e de homens, na maioria dos casos representantes dos eleitores. A seriedade da norma exprime-se quando decorrente da realidade objectiva, tal como existente, seriedade que pode não se verificar quando a norma é modelada pelos interesses dos que receberam a responsabilidade pela sua elaboração e interpretação.

O que está em causa são os valores para que a política cumpram com as responsabilidades que são as suas, servindo sem reservas colectividade, evitando mostrar-se em simples instrumentos para o acesso de políticos ao poder. Por aí, a incontornável indagação sobre o papel do povo e da democracia no sistema político. Tal se justifica, quando ressalta da norma disparidades entre o que ai se dispõe e o que reclama a realidade da vida económica e social, para que a estabilidade prevaleça.

Quando a norma e a realidade não se conjugam, de tal desarmonia decorrem a instabilidade, seguramente prejudicial para a colectividade.

Pronunciados os eleitores, observa-se que a norma possibilita o jogo das relações entre os representantes e sobressai a possibilidade para a interrupção dos mandatos expeditos, dando lugar a interrupção, como resultado do confronto entre as vontades dos representantes, sem que antes estes devolvam os seus mandatos aos eleitores, para que de novo se pronunciem.

Tal devolução que se pretenderia adversa à instabilidade, considerando que a realidade do poder reside no corpo eleitoral, é também, seguramente, instabilidade, uma vez que da norma se esperaria a devolução, somente natural, quando decorrida a duração total do mandato inicialmente atribuído.

No quadro das relações actualmente normalizadas, a devolução anterior ao termo do mandato acaba em instabilidade, porque resultante do confronto entre as subjectividades emergidas nos interesses dos representantes, embora, contudo, no final, resolvido pelo voto dos eleitores. O fundo da questão persiste.

No respeito da realidade para o bem do País, é razoável que a norma acolha a possibilidade de interrupção do tempo de mandato, em que os eleitores atribuem os seus representantes. A reacção contra os resultados dos juízos que certos representantes fazem do desempenho de outros representantes não estaria melhor justificada, mediante a observação rigorosa da realidade, para que a duração do mandato seja integralmente respeitada e realizada, sem que os representantes, por vontades próprias, venham gerar perturbações, interrompendo os mandatos e, conseqüentemente, provocando instabilidades.

Prosseguir na via das razões que justifica a última interrogação, implica a abertura de um importante canteiro de reformas, requerendo a ampla participação e convergência sobre a prática da unidade entre todos os protagonistas da vida política nacional, sem a qual, por força da norma, faltarão a sustentabilidade e a reforma da tal grandeza.

Um outro nível de preocupação orienta a reflexão sobre a interpretação da norma, para que esta e a própria democracia não sejam contornadas e prisioneiras de pretensões sustentadas por interesses específicos, singulares e de grupos, familiares, partidários ou de amiguismos. O que principalmente a democracia espera dos representantes é a imparcialidade e a justiça.

É ainda toda a questão da relação entre a democracia, expressa pela vontade dos eleitores e os representantes, respeitando-se a graduação dos níveis de representações expressas na hora do voto. Enquanto Deputados e representantes dos eleitores, é legítima a preocupação para com as interpretações que acontecem no domínio das normas. Aqui a representação funciona por camadas sobrepostas, primeiramente dos eleitores para os Deputados e depois dos Deputados, em conjunto, donde só a vontade maioritariamente expressa pode ser representada e ter seguimento.

Apenas por aí manter-se-á a convergência entre as finalidades da democracia e o que as normas descrevem, enquanto resultado da vontade maioritária dos representantes. É, pois, necessária a entrega de todos os representantes, quanto ao respeito dos procedimentos para que a democracia e a expressão das vontades dos eleitores sobrevivam e se relacionem naturalmente e sem atropelos.»

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Por fim, convido o Líder Parlamentar do ADI, para proferir a sua declaração política.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Excelências: «Começo, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, a minha intervenção, prendendo a vossa atenção para o significado do termo «novo». Governo novo, planta nova, veste nova. Se não tendes um dicionário em mãos, remeto-vos ao Dicionário *online* da Língua Portuguesa e encontraremos o termo «novo» que significa, entre outros, que existe há bem pouco tempo; que apareceu recentemente; jovem; que é moço; de pouca idade; que está na parte inicial de um processo, de um ciclo e a parte inicial de desenvolvimento, como a planta, e por aí em diante. Assim sendo, um governo de 4 anos, no meio do percurso, não estamos em face de um governo novo e a

maioria que o suporta já não é nova. Permita-me, então, com o devido respeito, chamar-vos de velha maioria.

Dito isto, o País está sendo governado pela velha maioria, uma velha maioria que já não tem idade e já não tem ideias claras sobre a governação do País. Não há ideias novas para o País. Assistimos a propostas avulsas, decisões atabalhoadas, precipitadas, injustificadas, desequilibradas, desestruturadas, com o contexto actual da nova dinâmica social e política.

No País que a velha maioria dirige, os jovens não têm como sonhar. Os jovens não têm perspectivas. Não se fala, no País da velha maioria, do emprego, não se fala da boa educação, não se fala da boa saúde da população.

O País, que a velha maioria dirige, com um Primeiro-Ministro que fora professor, quadro da educação, ex-Ministro da Educação e tendo escolhido para o cargo do Ministério da Educação uma professora, nós assistimos, hoje, ao retrocesso do sistema educativo. Sem uma estratégia clara pré-definida, o Governo da velha maioria decide retirar horário aos professores extraordinários, pondo em causa o rendimento das famílias, quando, numa estratégia, não devia ter-lhes atribuído horários no início do ano lectivo. Ao mesmo tempo, redistribui os mesmos horários aos professores, muitos deles sem experiência e sem pedagogia.

Ao nível da Saúde, é o que todos assistimos. Não entrarei em pormenor, para além da questão da falta de medicamentos, que é recorrente, com financiamento garantido de Fundo do Koweit, 17 milhões de dólares, até hoje, a velha maioria não consegue dar início à melhoria do Hospital Central, que tanto o País carece, enquanto o Primeiro-Ministro continua a contar as suas histórias. O Governo da velha maioria, que tudo prometeu, até hoje, não conseguimos ver o abaixamento do preço dos passaportes, dos combustíveis e do custo de vida. Assistimos, sim, ao agravar do custo de vida, tudo a subir, a pobreza a aumentar, o roubo a aumentar, os assaltos a aumentar, a violência doméstica e a violação de menores a aumentar, o povo a emagrecer, e os elementos da velha maioria a se enriquecer.

O Governo da velha maioria construiu há bem pouco tempo duas pontes e, no acto inaugural, fez entender que tudo estava bem. As críticas do ADI, da sociedade civil e a confirmação do relatório do Tribunal do Contas vieram provar que tudo estava mal e que houve elevadas somas de desvio de fundos. Não é o Abnildo que está a dizer, há o relatório do Tribunal do Contas a confirmar. E depois dessas críticas, o Governo veio simular a construção de uma terceira ponte. Será que o dinheiro ainda existe? Não será que a empresa construtora vai buscar o remanescente da obra de construção da Estrada Nacional n.º 1, da Capital a Neves? São questões que cada são-tomense coloca.

A velha maioria, sem ideias claras e para cumprir a promessa eleitoral, deu início a um processo de revisão do pacote eleitoral. O ADI está a favor que os cidadãos na diáspora votem, mas, nesse mesmo pacote, que a verdade seja dita, não poderão exercer, em pleno, a sua capacidade activa e passiva, em todo processo eleitoral. Logo, entendemos que, quando se trata de introduzir melhorias, devemos fazer de facto e não apenas uma questão de fazer inglês ver. Ainda nesse processo, o País tem instituições, pelo que nós questionamos e levantamos aqui algumas preocupações: o Ministério dos Negócios Estrangeiros, encarregue pelas comunidades, foi contactado? As nossas Embaixadas foram informadas, para contactarem as associações e grupos organizados de são-tomenses, para darem a sua contribuição? O que se assiste, é que a Assembleia, por um mecanismo ainda por esclarecer, contactou alguns cidadãos e muitos, na diáspora, não foram tidos nem achados. Logo, aqui não há ajuste e transparência daquilo que se reclama.

Portanto, são estes pontos que nós trazemos e colocamos diante das Sras. e dos Srs. Deputados, como está o País e como não devia estar o País.

Para terminar, apenas duas notas. Os empresários ainda continuam com grandes dificuldades na compra ou na importação dos produtos, por escassez de divisa, e a nova maioria continua a contar-nos história.

Ainda, recentemente assistimos, sem uma explicação técnica cabal, ao lançamento da nova zona franca, na zona Sul. Há bem pouco tempo, o actual Primeiro-Ministro era Ministro da Educação e Cultura e autorizou que se partisse ou quebrasse o monumento de Fernão Dias, para a instalação da zona franca. Hoje, é Primeiro-Ministro e já se mudou a zona franca de Norte para Sul, portanto, sem uma explicação plausível, cabal, para toda a população, o que nós questionamos.

São estas, entre outras, mas fico por aqui e muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Concluído este processo de declarações políticas, passemos de imediato aos assuntos políticos de interesse relevante. Todos os Deputados estão inscritos? Portanto, estamos no período de intervenções dos assuntos políticos de interesse relevante.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: Gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro e

augurar-lhe sucessos, publicamente, nessas novas funções que assumiu recentemente. Estive ausente do País, por isso não tive a oportunidade de o dizer, digo agora, publicamente. É uma área que conhece, não é novidade para si. Conheço a sua capacidade de trabalho, como presidente da 1.ª Comissão, de que faço parte, e não só como funcionário, que já foi, sobre o assunto de descentralização e assuntos parlamentares. Quanto à reforma do Estado, não o conheço, mas auguro sucessos nessas novas missões.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para trazer aqui dois assuntos, na minha opinião, de interesse relevante.

O primeiro assunto tem a ver com uma intervenção que eu havia feito aqui na Casa Parlamentar e infelizmente a repercussão social que isso vem tendo no nosso país. Muitas vezes, quando eu falo, as pessoas ficam retidas à forma e não se concentram no conteúdo.

Quando cheguei ao País, depois das férias, tomei conhecimento, dentre muitos aumentos de violência doméstica, que vem acontecendo, infelizmente no nosso país, houve um caso de uma senhora que foi brutalmente espancada pelo marido, porque a senhora usou uma expressão que eu havia usado aqui na Casa Parlamentar. Na altura, quando usei essa expressão, foi uma intervenção no campo político e foi uma reflexão sobre os nossos 45 anos de independência, depois de 45 anos da independência, que devíamos ver o País que temos hoje. Daí que, se estão recordados, falei da oposição, mencionei o Governo, se eu não mencionasse também o meu nome, iriam dizer que eu sou arrogante, que eu sou convencido, o que é que você pensa que é, não sei o quê lá. Então, eu também incluí o meu nome, dizendo: «Levy Nazaré, *ontá ocê bom?*». Só que as pessoas pegam essas expressões e levam para o seio familiar. Numa discussão entre o marido e a mulher, a mulher usou a expressão para o marido e daí que trouxe consequências terríveis. Segundo ouvi dizer, a senhora foi até queimada. Não sei.

Eu aproveito aqui, pela responsabilidade política que tenho e como Deputado representante do povo, para me dirigir às senhoras são-tomenses. Se houver uma discussão familiar com o marido, para não usarem essa expressão, porque nós conhecemos o nosso país, a nossa cultura, a nossa forma de ser e de estar, conhecemos o machismo do homem são-tomense. Brigar com a chamada virilidade do homem são-tomense é das coisas que mais ofende. Então, eu peço às senhoras para não fazerem isso com os maridos, com os namorados, com os esposos, não usarem essa expressão, porque cria muitos, mas muitos problemas.

É esse o apelo que eu faço a todas as senhoras de São Tomé e Príncipe.

Aproveito também para, mais uma vez, já o tenho feito, manifestar a minha insatisfação por tudo o que vem acontecendo sobre a questão da violência doméstica, que nós falamos. Falamos, falamos, falamos e as coisas não melhoram. Nós ouvimos todos os dias ou todas as semanas o relatório final semanal da Polícia Nacional e os casos tendem infelizmente a aumentar.

Aproveito aqui, Sr. Ministro, não tem directamente a ver, mas indirectamente, se me permite, é a minha opinião, nesses períodos eu tenho estado muito reflexivo sobre as condições de vida da população. Quando as dificuldades aumentam, quando a pobreza aumenta, quando a situação da vida familiar se complica, normalmente a instabilidade emocional vem por traz e, obviamente também, não é directo, como eu disse, mas também a questão da violência doméstica acompanha infelizmente essas situações. Não é culpa, diria, de uns e de outros, mas é a situação pandémica em que vive o País.

Daí que nós, os Deputados, estamos a fazer a nossa parte, há iniciativas parlamentares, eu sou membro da 1.ª Comissão e temos sobre a mesa algumas iniciativas, para endurecer mais a questão da legislação penal sobre a violência doméstica, assédio e violação sexual de crianças.

Gostaríamos aqui de dizer à ONG, salvo erro, SOS Mulher e à Associação de Mulheres Juristas, que da nossa parte vamos fazer o que estiver ao nosso alcance, enquanto representantes do povo.

Apelamos também aos outros órgãos do Estado, principalmente na aplicação da pena concreta, para atenderem a este flagelo que vive o País, falo concretamente do Ministério Público e dos Tribunais.

A segunda questão que eu gostaria de trazer aqui tem a ver, obviamente, com a situação que nós vivemos, a pandemia. Daí, Sr. Ministro, agradecia que levasse uma mensagem de felicitações ao Sr. Ministro da Saúde. Apesar da situação pandémica em que vive o País, eu disse nas outras intervenções, para nós não descurmarmos a questão do paludismo. Sei e vejo que há uma acção, também houve financiamento para isso, salvo erro 12 milhões de dólares, para a luta e combate ao paludismo. Nós não podemos deixar de lado essa doença. Estamos lembrados de que São Tomé e Príncipe se comprometeu recentemente, em Cairo, uma delegação em que eu fiz parte, chefiada pela Sra. Deputada Maria das Neves, aqui presente, até 2025, erradicar o paludismo em São Tomé e Príncipe. Também nos comprometemos com outras matérias na área de Saúde, no cumprimento da Agenda 2030 e 2063.

Quanto à pandemia, mudámos a condição de estado de alerta para calamidade, mas quero pedir ao Governo para não ficar apenas no mudar dos estatutos, mas que acções concretas sejam feitas, porque assistimos todos a um relaxamento social sobre a pandemia, por parte da nossa população e não só, de alguma forma as instituições, em geral, dando vozes ainda àqueles que continuam a dizer que a doença não existe, que é uma mera invenção das autoridades nacionais, do Governo.

Para terminar, mais uma vez, quero pedir à nossa população para cumprir a todas as recomendações da OMS, do Ministério da Saúde, dos Técnicos da Saúde sobre as prevenções e atitudes preventivas que devemos ter quanto a esta pandemia.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice- Presidente, Levy Nazaré.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano dos Ramos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Caras Colegas Deputadas e Caros Colegas Deputados, muito bom dia.

Eu também gostaria de associar a minha voz, como cidadão, como Deputado, como representante do povo, para manifestar a minha solidariedade, pela decisão do Governo, quanto à declaração do estado de calamidade. Efectivamente, nós sabemos que os países com os quais nos relacionamos estão com problemas violentos, mas sobre a questão da declaração do estado de calamidade, gostaria de chamar, mais uma vez, atenção sobre a questão de higienização, acima de tudo, do cumprimento dos distanciamentos, a lavagem das mãos e outras medidas que foram indicadas pelo Ministério da Saúde.

Gostaria, mais uma vez, de sugerir e aconselhar às autoridades, porque ainda ontem reparei, quando visitei a Pediatria do Hospital Central, que requer muita higiene. Por exemplo, não sei se é devido à deslocação dos mercados para Bobô Forro, os cães que ali abundavam emigraram para o Hospital Central. Encontram-se ali muitos cães, numa situação muito desaconselhável. Portanto, nós que gostamos de ser uma plataforma sanitária de higiene, gostaria de aconselhar que não só nos hospitais, como em todo o País, em todas as instituições, na nossa cidade, as pessoas individuais, nos nossos lares, mantivéssemos acerrimamente a questão da higienização.

Portanto, gostaria de me solidarizar com as decisões do Governo, mas para isso aconselharia que mantivéssemos a higienização de uma forma forte, que mantivéssemos a questão sanitária bem acesa, bem presente, nos nossos relacionamentos, os distanciamentos, porque sem o qual não conseguiremos levar por diante essa batalha da Covid-19.

Por outro lado, também gostaria de dizer que é uma possibilidade que as autoridades têm de melhorar os hospitais. Nós sabemos que tivemos hospitais nas empresas, nas localidades, e era bom que retomássemos isso, aproveitando os fundos existentes.

Sr. Presidente, uma segunda questão que eu gostaria de mencionar, já que estou no uso da palavra, é a informatização da Segurança Social. Gastou-se muito dinheiro com a informatização da Segurança Social, mas actualmente parece-me que essa funcionalidade está bloqueada. Ouvi do Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional que iria ver a questão da reforma. Gastamos muito dinheiro, se não estou em erro, 300 ou 400 000 dólares ou euros, para o pagamento desse serviço. Tanto quanto sei, parece que foi uma prestação de serviço pirata. É inaceitável termos feito um esforço tão elevado para haver uma melhor prestação e verificar-se essa situação. Portanto, temos aqui o Sr. Ministro, para ver essa questão. Em breve, retornarei, para obter esclarecimentos precisos para a nossa população. Temos pensionistas com problemas e nós alocamos um montante de verba muito elevado. Era bom que tivéssemos uma informação clarificada e pontual sobre esta questão e que funcionassem as instituições da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice- Presidente, Guilherme Octaviano.
Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos, bom dia.

Sr. Presidente, até agora continuo com a minha convicção e consciência política. Até porque não sei o que os são-tomenses querem, sinceramente! Nós sabemos, os 200 000 habitantes, que somos a família da pobreza.

Risos gerais.

Ninguém discorda disso. Nós já vínhamos com apoio dos nossos parceiros, 99%, e ainda com essa pandemia da Covid-19 quatriplicou a crise, mas só a crítica não resolve o problema. Por que é que não trazemos alternativa e iniciativa? O que é que podemos fazer? Nós temos quatro órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Nós temos todos que contribuir. Só o Governo não aguenta isto! Vamos mudar de paradigma social, cultural, económico e mental. Temos que mudar a nossa mente, para buscarmos a resolução. Para deixarmos dessa pobreza, tem que ser com alternativa e iniciativa. Só a crítica não resolve o problema de qualquer governo que esteja no poder. Nós estudamos muito, fizemos formação, mas não temos critérios, nem mentalidade para ir buscar essa evolução para São Tomé e Príncipe. Temos que buscar essa evolução que está a faltar-nos: união e melhor governação! Unidos é que nós poderemos colmatar essa pobreza.

Qual é o Governo que faz milagres e que vem melhorar este país, com essa pandemia da Covid-19? Quem é que faz milagre? O País não cresce com milagre! O País cresce com trabalho e alternativa que nós podemos ter. Eu falei de divisão política.

Vou falar agora de consciência política. Nós somos 200 000 habitantes, mas há pessoas que sofrem mais do que outras. Eu quero falar dessas pessoas que deram a sua vida, desde 1975 até aqui, que têm só 20 000 dobras por dia. É essa alternativa que nós queremos debater aqui na Assembleia.

Eu quero falar também da massa cinzenta que trabalha no GIME, ao vento, à chuva e ao sol. Estão há 5 ou 6 meses sem salário.

Eu quero falar também dessas pessoas que não têm como. São pessoas que o Governo tem que dar vida para ver se melhora essa situação. Isso não é fácil, meus senhores!

Nós não vamos admitir a droga no País, para avançar. Nós vamos avançar o País com o trabalho.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Funcionários da Casa Parlamentar, bom dia.

Para fazer a minha intervenção, escolhi o Sector da Educação, mas, antes de entrar concretamente neste sector, gostaria de dizer que nós temos estado a verificar, em São Tomé e Príncipe, de acordo com o relatório da Polícia Nacional, um aumento da violência, quer ao nível da violência doméstica, quer da violência baseada no género e da violação de menores.

Relativamente à violência doméstica, violência sobretudo no seio da família, está a enraizar-se também no seio da escola. Há bem pouco tempo, verificámos que na Escola Secundária de Bombom houve uma onda de violência, uma espécie de batalha campal, envolvendo alunos e nós, a 3.^a Comissão, aquando da visita a essa escola, verificámos que tudo isso se deu devido carteiras. Os alunos precisavam de carteiras e, infelizmente, envolveram-se em briga devido carteiras. Nós pensamos que essa violência nas escolas poderia diminuir, antes pelo contrário. Há pouco tempo, houve uma situação, não digo semelhante, mas também de violência na Escola Secundária de Desejada. Não sei se ficaram a saber. Na Escola Secundária de Desejada, houve agressão física por parte de um segurança da escola a um aluno. Inclusive, o aluno foi assistido, ou seja, tinha que ser conduzido ao Centro de Saúde. Dá-me a impressão de que quem governa não está a ver isto. Por isso, quando se fala de contribuição, esta é uma contribuição, porque é preciso governar também com atenção. Nós sabemos que, se estamos a combater a violência, temos que fazer de tudo para evitar que entre na escola. A escola deve ser um espaço seguro. Nós, os pais e encarregados de educação, quando mandamos os nossos filhos para a escola, mandamos na perspectiva de que as nossas crianças vão para um lugar seguro. Eu faço referência a isso, para dizer que há toda a necessidade de trabalharmos na perspectiva de melhorarmos a segurança nos estabelecimentos escolares. Quando se fala de segurança, não estamos a falar de vândalos. Porque se olharmos bem, a questão que aconteceu nas Escolas de Bombom e Desejada, não se trata de pessoas estranhas que entraram na escola e violentaram os alunos. Em Bombom, tratou-se dos próprios alunos e, na Escola de Desejada, o segurança da escola. Por isso, acho que há necessidade de o Governo trabalhar na perspectiva de pôr cobro a isso.

É verdade que inauguramos, infelizmente, um período muito crítico da nossa história. É o facto desta velha maioria ter assumido o poder, todos nós assistimos, depois de ondas de violência. Isto, com certeza, tem estado a prejudicar a paz e sossego no nosso país. O próprio Governo, a própria maioria, descontroladamente, criou um clima de violência, toda gente está a lembrar-se da questão da queima da viatura e não só. Se não se trabalhar no sentido de pôr cobro a esta situação, não sei aonde iremos parar.

Outra questão ainda no Ministério da Educação e Ensino Superior tem a ver com o atraso nos salários dos professores da Universidade Pública. Há informações de que os professores da Universidade Pública, refiro-me ao antigo Instituto Superior Politécnico, estão sem salário há aproximadamente 5 ou 6 meses. Não sei se isto corresponde à verdade, mas são informações que nos chegaram. Daí que colocamos esta questão para quem de direito responder e dizer se corresponde à verdade. Se corresponde à verdade, é preciso trabalhar na perspectiva de resolver essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados: Depois de 2 anos de interrupção de mandato, volto a esta Casa Parlamentar, com espírito de missão, para continuar a dar o meu contributo.

Nesse sentido, eu gostava de levantar duas questões, sendo a primeira, em relação à nossa própria Casa Parlamentar.

Sr. Presidente, para quem não convive diariamente com as questões relativas à Casa Parlamentar, fica com a impressão, e é o que muitas vezes se comenta lá fora, que os Deputados trabalham muito pouco, porque mesmo em termos de sessões plenárias tem havido muito poucas, mas quem está aqui dentro vê que não é assim. Os Deputados estão cá todos os dias, trabalham em Comissões Permanentes, às vezes,

de manhã e à tarde. Ou seja, os Deputados, ao nível das Comissões Especializadas Permanentes, têm dedicado muito trabalho aqui nesta Casa Parlamentar, mas que não é divulgado. Portanto, há necessidade de se começar a dar maior visibilidade à Casa Parlamentar, para evitar precisamente essas questões de que os Deputados não trabalham. Eu registei com agrado o Sr. Presidente anunciar aqui que vai ser publicado um relatório, em que se vai falar sobre as actividades que são desenvolvidas aqui.

Julgo, Sr. Presidente, que nós estamos num contexto especial, num contexto em que a pandemia da Covid-19 veio limitar muito as nossas actividades, mas eu acho que é necessário começarmos a reflectir mais sobre todas essas coisas. Reflectir não só sobre essa pandemia, mas sobre o que se passa à volta do nosso país. Por isso é que eu falava dessa questão de maior visibilidade da Casa Parlamentar. Eu julgo que é necessário começarmos também com debate de ideias. Há muita coisa para se discutir. Os vários Deputados que me antecederam referiram-se à questão de violência doméstica, da pandemia, do abuso sexual de menores. Sr. Presidente, estar em casa a ouvir semanalmente o relatório da Polícia Nacional a narrar os factos que estão a acontecer no nosso país é impressionante, é chocante, é preocupante! A questão de abuso sexual de menores está a adquirir um estatuto de cidadania. Semanalmente ouve-se falar de abuso sexual de menores. Isto está a comprometer o futuro das nossas crianças. São crianças que serão traumatizadas pela vida toda. Por isso, é necessário começarmos, não podemos estar sempre a ouvir isso de forma impávida e serena, sem ter uma reflexão. Deve-se convidar o responsável do sector para fazer aqui um debate, ouvir as várias ideias, várias propostas numa perspectiva de se começar a ter alternativas para essa situação. Ouvi aqui o Sr. Deputado Levy Nazaré dizer que já se está a produzir leis. Produzir leis e deixar na gaveta, nós não resolvemos nada. Quantas leis já produzimos? Então, como é que nós vamos fazer implementar essas leis?

Como é que nós podemos de facto ser mais proactivos para evitar que essas coisas aconteçam? Somos muito poucos! A pandemia já se encarregou de nos deixar atordoados, preocupados e se nós permitirmos que o abuso sexual de menores, a violência doméstica, a gravidez na adolescência, o aborto, que começa a tomar também o estatuto de cidadania neste país, se nós não começarmos a reflectir seriamente sobre isso, não sei que futuro estaremos a reservar para a futura geração.

Falou-se aqui do dia da juventude, eu acho que é uma reflexão que se deve também envolver a juventude, porque ela constitui a maioria da população são-tomense. E é nela que também há problemas, grandes desafios, desafios de educação, de emprego, de saúde e de habitação, e temos que começar a reflectir sobre isto.

Sr. Presidente, a morte do Sr. Presidente do Tribunal Contas, que também aproveitou desta tribuna para também endereçar os pêsames aos familiares, embora já o tivesse feito por outras vias, veio nos ensinar que temos que estar mais vigilantes, e que temos que ter um hospital de referência neste país. Temos que criar condições, porque há coisas que quando acontecem não há tempo suficiente, para que possa tratar lá fora. Isso eu gostava que todos nós começássemos a reflectir, e própria as autoridades.

Estamos num contexto da pandemia em que a saúde constitui a prioridade, começemos a reflectir num hospital de referência, que pudesse ter as condições mínimas, para evitar que quando coisas dessas acontecem, ficamos aqui presos à espera de um avião para nos vir salvar a vida. Ao falar sobre essa questão de saúde, temos que pensar também, na medida do possível, vendo a saúde como prioritária a questão de hemodialise. Nós temos muitos são-tomenses lá fora que podiam estar aqui a dar o seu contributo, fazendo a hemodiálise. Fazendo hemodiálise hoje, é algo que as pessoas fazem e podem continuar a trabalhar e dar o seu contributo. Mas muitos estão em Portugal, porque têm que fazer hemodiálise porque não temos condições aqui criadas e muitas vezes passando mal. São coisas que devíamos reflectir, sempre nessa perspectiva de poder ajudar a encontrar alguma solução.

Quero aproveitar também para felicitar as autoridades sanitárias e o Governo, pelas medidas que vêm adoptando para debelar a situação. Não há dúvida como foi dito aqui, ao nível mundial a situação é bastante preocupante. É necessário continuarmos a nos precaver, continuarmos a lavar as mãos constantemente, para fazer a higienização, continuarmos a respeitar o distanciamento, continuarmos a tomar medidas para evitar que esta doença se propague aqui em São Tomé e Príncipe.

Por último, fala-se muito da questão agora dos explosivos. Está-se a usar muitos explosivos que têm contribuído, muitas vezes, para destruir fisicamente algumas pessoas. Não sei quem vende esses explosivos. Eu ouvi que vai haver uma lei sobre a questão de uso de armas, não sei se essa questão de explosivos também estará incluída. Mas era necessário que nós também reflectíssemos sobre isso, no sentido de interditar, se calhar, que se venda explosivos no País, porque isso está a trazer consequências muito negativas ao nível da população.

Portanto, Sr. Presidente, em linhas gerais, é o que gostava de dizer. Portanto, espero que na 5.^a Sessão Legislativa que iniciou já desde de 15 de Outubro, pelos movimentos e trabalhos que se tem feito aqui, que continuemos mais proactivos, numa perspectiva de mostrar o que a Casa Parlamentar faz. Por que não começar também a convidar os eleitores a virem para esta Casa Parlamentar, para verem o que os eleitos fazem, numa perspectiva de intercâmbio, evitando que se esteja a falar mal dos Deputados lá fora?!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Maria das Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Rita.

O Sr. **Maurício Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Caros Técnicos, bom dia.

Antes de mais, Sr. Ministro, as minhas felicitações, pela árdua tarefa que lhe foi atribuída. Eu não venho cá criticar, mas defender os interesses do povo e da minha Nação.

Antes de falar sobre essa questão que me traz cá, eu também quero felicitar o Governo pela tarefa árdua que tem desempenhado neste país. Para mantermos esta pandemia no ritmo em que estamos a levar, se tirarmos ilações de outros países, muito choro minha gente! São Tomé Poderoso tem-nos brindado com uma defesa muito árdua.

Obrigado, São Tomé Poderoso!

Caros Deputados, esta manhã estive no Hospital Ayres Menezes, apelo para que, de facto, devido a esta questão de pandemia, pedíssemos aos bombeiros para fazerem mais intervenções no hospital, abastecendo os tanques. Hoje, quando eram 3 horas da madrugada, estive no Hospital. A encarregada quis fazer limpeza nas duas casas de banho logo à entrada da urgência, mas viu-se impossibilitada, porque não havia água. Todos nós sabemos que a questão de água no nosso país é de lamentar. Não é só no Hospital, é em todo São Tomé, um dia sim, outro dia não. Temos a escassez enorme de água, mas futuramente estou em crer que tudo poderá melhorar.

Eu não gosto de ouvir críticas sobre este Governo, porque sei o quanto tem feito e sacrificado para manter esta governação. Todos nós aqui temos a consciência do défice que deixou o anterior governo. Todos temos a consciência!

O actual Governo, neste momento, com a sua governação, tem feito todas as manobras possíveis para desenvolver este país.

Risos do ADI.

Quando eu falo de manobras, não quero dizer que o nosso Governo não faz manobra sem transparência, como o anterior governo fazia.

Murmúrios.

Se há um Governo que trabalha com muita transparência, é o actual. Nós até publicamos na comunicação social aquilo que o Governo tem gasto para este povo. Todos sabemos. É preciso haver consciência, Srs. Deputados!

O povo sabe disto! Se estivéssemos a fazer uma governação de ânimo grosso, hoje muita gente aqui não teria a moral para estar a falar do actual Governo.

Falou-se aqui também da Ministra da Educação e Ensino Superior, que não tem estado a fazer. A Ministra da Educação e Ensino Superior não pode fazer mais do que aquilo que está a fazer!

Vozes: — É verdade!

Nós estamos numa altura da pandemia, ela tem que arranjar meio-termo para gerir a Educação, e com muito sacrifício, porque sabemos que não há verba. Onde é que foram essas verbas? A maioria dessas verbas foi para alguns navios que hoje nem sequer existem! A maioria dessas verbas foi para a compra de casas no exterior! Eu tenho a consciência de que muitos Deputados da antiga maioria estão a sofrer até hoje com esta antiga maioria, porque lhes deixou défice total na sua vida. Vocês têm essa consciência, Srs. Deputados! Vocês têm a consciência, mas vêm defender a anterior maioria, eu entendo, porque fazem parte. Eu tive a oportunidade de estar cá com alguns que lamentaram os seus problemas.

Deputados do ADI, não venham cá dizer que este Governo não está a trabalhar, porque o mesmo tem feito muito!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Protestos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Maurício Rita.

Nós não estamos no período do debate. É o período de trazer à luz os assuntos de interesse político relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, bom dia a todos.

Não dá para fazer de outra forma, porque o tempo é pouco.

O Sr. Ministro não está cá, mas a mensagem vai passar. Infelizmente, nós estivemos no Príncipe, nos últimos dias, houve quatro crises, três evacuações e quatro vítimas mortais, pelas quais eu aproveito para

endereçar condolências à família de toda essa gente que perdeu a vida: o ex-Presidente da Assembleia Regional, o Sr. Francisco Ambrósio, o militar da Unidade de Protecção dos Dirigentes do Estado (UPDE), o Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Bernardino Araújo, e também um militar na reserva. Todos tiveram crises e depois tiveram morte, uns com mais tempo e outros com menos. O que isso quer dizer? Que neste momento é necessário que se dê uma atenção especial à situação do hospital do Príncipe. Eu já havia dito aqui que há uma ampliação do Hospital Dr. Manuel Quaresma Dias da Graça que iniciou há anos, que nunca termina. Portanto, creio que, neste momento, há motivos mais do que suficiente, não é culpa deste Governo, para que se comece agora. Portanto, é necessário que se dê algum tratamento ao hospital para, no mínimo, se evitar a evacuação. Porque muitas vezes a evacuação pode demorar e as pessoas acabam por falecer.

Por exemplo, as parturientes que tiverem alguma complicação, se precisarem de uma cirurgia e se houver mau tempo, elas morrem no Príncipe, se não houver voo. Portanto, é necessário que se faça atenção.

Por último, o Governo central, através do Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais, Osvaldo Abreu, fez lançamento de uma obra muito importante no Príncipe, na Praia das Burras, que visa tirar o pessoal que reside próximo do mar, porque já há sinais claros de que a água vai invadir. Esta foi uma boa acção, e muito mais ainda, porque se tratou de uma acção de salvar a vida das pessoas.

Eu quero aproveitar também para chamar atenção do Governo, porque existem mais praias no Príncipe nesta situação. Para também equacionar, o mais rapidamente possível, o desalojamento também das pessoas da Praia Abade e outras praias que também estão em risco de vida, caso o nível do mar venha a subir.

Portanto, gostaria de agradecer o Governo por ter lançado na Praia das Burras e chamar atenção para que rapidamente faça lançamento dessas obras nas outras praias, tal como apressar com uma obra que o Governo central está a pensar, que é a ponte sobre o Rio Papagaio, que dá sinais de desabamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Caras Colegas Deputadas e Caros Colegas Deputados, Sras. e Srs. Técnicos, bom dia.

Eu trago três preocupações ligadas ao Sector da Saúde. Como sabem, a saúde tem que estar sempre em primeiro lugar. Já que está entre nós o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, para pedir ao Sr. Ministro da Saúde que fizesse algo para que a saúde melhore em São Tomé e Príncipe. Digo isso porque, há dois meses atrás, tive a infelicidade de ir ao Banco de Urgência, às 17 horas e 45 minutos. Quando eram 22 horas é que fui levada ao quarto do Bloco Operatório. O que vi naquele momento, só eram dois médicos para atender aos pacientes, um para adultos e outro para crianças. Sabendo-se que é um hospital que alberga as pessoas de todas as localidades ou de todos os distritos, no meu ponto de vista, não seria bom que fossem só dois médicos de plantão. Essa é uma das questões.

A segunda questão tem a ver com o arquivo onde se levanta o processo hospitalar. Leva-se muito tempo para encontrar os mesmos documentos, ou seja, o processo de cada paciente. Se os nossos parceiros nos apoiam, nesses 45 anos de independência, acho que já é tempo de pensarmos na informatização daqueles serviços. Às vezes, as pessoas morrem não por causa do dia que chegou, muitas vezes é por causa da assistência, que não foi feita atempadamente.

Outra questão tem a ver com a casa de banho do Bloco Operatório, no sector feminino. Lá só tem uma casa de banho em funcionamento, mesmo assim, muitas vezes, as empregadas fecham-na, porque as pessoas não sabem utilizá-la. As pacientes que conseguem andar são obrigadas a descerem até a enfermaria dos homens, para poderem satisfazer as suas necessidades. São questões que, colegas Deputados, como estamos agora no período de preparação do OGE para o Ano Económico 2021, seria bom que esses serviços viessem incluídos no Orçamento. Se o Sistema de Saúde, pelo mínimo que temos cá em São Tomé, não estiver em condições, é muito triste.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sr. Ministro, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, muito bom dia.

Sr. Presidente, tomo a palavra, aproveitando o momento para felicitar os jovens de São Tomé e Príncipe, não só como Presidente da 5.^a Comissão, que se preocupa com a matéria da Juventude, mas sim como alguém que vive em São Tomé e Príncipe e conhece minimamente os problemas que os jovens enfrentam.

Gostaria de dizer aos jovens de São Tomé e Príncipe que se faz o caminho, caminhando. É com esforço e esperança que a vida muda.

Enquanto Deputados da 5.^a Comissão, fizemos uma visita à Cadeia Central e deparamos que mais de 90% dos reclusos são jovens. Por isso mesmo, aproveitamos este momento para apelar aos jovens do País

que evitem enveredar por coisas ilícitas, questões de roubo, abuso sexual e outras coisas más, e depois se vêm com o futuro comprometido, por um lado.

Por outro lado, Sr. Presidente, junto a minha voz à dos colegas que me antecederam, falando da violência sexual. É comprometedor ouvirmos diariamente falar de abuso sexual, sobretudo de crianças menores, por pais, padrastos, enteados, irmãos, sobrinhos, vizinhos, por aí fora. Acho que o Estado, executor, tem que tomar medidas para pôr termo a essa situação. Temos a Lei de Violência Doméstica, Lei n.º 12/2008, que tem medidas punitivas. Eu quero aqui dizer que as medidas não são cumpridas, as pessoas não assumem ou não são julgadas.

Ainda na base da visita que fizemos à Cadeia Central, dados que recebemos, só no ano de 2019 houve mais de 800 casos de violência, dentre eles, a violação de menores. Apenas nos deparamos com um recluso, na Cadeia Central, relativamente à questão de violência doméstica. Quero dizer que as coisas não são feitas como deveriam ser. Portanto, temos problemas. Por isso, pedimos aqui, através desta Tribuna, que criem outros mecanismos, para se resolver esses problemas. Porque isso cansa. Eu já disse que eu me sinto cansada. Diariamente, ouço que os casos têm estado a acontecer, mas o Estado não divulga o que tem estado a fazer para minimizar esta situação.

Portanto, como parlamentar, estamos aqui prontos para legislar e darmos o nosso contributo, mas eles também têm que fazer o melhor.

Vivemos em São Tomé e Príncipe, sabemos que, por vezes, os problemas não chegam até ao Ministério Público, tentam resolver ao nível dos Distritos, através do Comando da Polícia Nacional. Então nós, como fiscalizadores, queremos apoios mesmo da sociedade civil, para fazermos o melhor e ver se o estado disso possa mudar ao nível do País.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, a população da zona Norte sofre. Ouvimos que empresas ganharam obras para a reparação da estrada de Morro Peixe, que começou há vários anos, mas não acaba, as obras da Estrada Nacional n.º 1, de onde muito dinheiro entra para os cofres do Estado, nós sofremos diariamente nessa estrada. O Estado tem que ser mais interventivo, mais agressivo com as empresas que ganham as obras, lançaram pedra e as obras não começam.

Relativamente ao hospital, por favor, eu quero pedir que leve a mensagem ao Primeiro-Ministro. O hospital está mal e há coisas que se têm que mudar. Nós ouvimos depoimentos, mesmo no hospital de campanha. Não pode ser! O mal não pode continuar! Portanto, era isso que queria aqui transmitir.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. A Sra. Deputada excedeu 2 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD):— Sr. Presidente, rapidamente, eu pedi a palavra, no sentido de tentarmos clarificar alguma situação que possa gerar algum tipo de equívoco. É que, na sua intervenção, o Deputado e Vice-Presidente Guilherme Octaviano falou de um investimento muito grande ao nível da Segurança Social. O sistema, hoje, creio que está inoperante, mas o Sr. Vice-Presidente não reportou a que período foi feito o investimento. É só para deixar claro esse aspecto, da informação que eu tenho. Creio que esse investimento é de 2014 ou 2015, portanto, não tem a ver necessariamente com este executivo, nem com a direcção que está agora na Segurança Social.

Outro aspecto importante para a nossa reflexão é que aqui em São Tomé e Príncipe costumamos dizer que somos uma jovem democracia. O País é jovem, tem 45 anos e a democracia tem 30 anos, e estranha-me muito que, de repente, apareçam pessoas que apontam um Governo de 2 anos como velho Governo e uma maioria de 2 anos como a velha maioria. Parece-me contra censo, mas enfim, são aspectos que as pessoas lá em casa percebem e vêm que ainda há pessoas que confundem conceitos em termos de história com conceito de estória. Acho que não é errado que alguém conte uma história, porque histórias reporta-se a factos verdadeiros, mas estórias, sim, é que são fábulas. Creio eu que certas intervenções circunscrevem-se ao âmbito da estória.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Uma Voz: — Protesto, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Protesto?

Uma Voz: — Sim.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Já referi que não estamos no período do debate.

Uma Voz: — Mas passou!

O Sr. **Presidente**: — Não temos como controlar o que vem da cabeça das pessoas.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, não estamos no período de debate.
Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, com a vossa indulgência, Sras. e Srs. Deputados, eu de facto não queria intervir, mas houve aqui neste espaço duas intervenções, respondendo. É para reagir às duas intervenções. Nós aqui nesta Casa, quando se trata de declaração política, não há motivo para debate. Houve duas posições, a do Deputado Maurício Rita, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e agora a do Deputado Danilson Cotú, Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD. Aqui nós pedimos ao Presidente, na condução dos trabalhos, quando isto acontecer, para pôr uma travagem.

Em protesto, gostaria de dizer ao Sr. Deputado que não são fábulas, apresentei factos. Quando se fala da questão de nova ou o termo novo, o significado do novo e velho,...

Protesto do Sr. Deputado Danilson Cotú.

...Sr. Deputado, eu remeto-o ao Dicionário, e o senhor verá se é história ou estória, se são fábulas ou histórias. Mas o facto é que temos alguém ou um Governo que está no meio percurso, não sendo algo novo, não sendo algo que nasceu no novo círculo. Portanto, o senhor fará as suas conclusões.

Segundo, todos aqueles que querem crescer, todos aqueles que dizem ser democratas e querem desenvolvimento, até intelectual, devem estar abertos a críticas. Não importa as críticas, avalia e tira as devidas ilações. Quem não sabe disso, vai à escola.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, bom dia.

Eu peço a palavra para reagir a algumas preocupações, em relação aos alunos, às escolas. Eu acompanhei uma situação, que me deixou bastante preocupada, por isso decidi vir aqui apelar para que se faça mais trabalhos. Existem muitas crianças na escola, já matriculadas, mas, por falta de documentações, bilhete de identidade e outras coisas mais, elas vêm-se impossibilitadas de matricular, de forma a continuar os seus estudos. Portanto, acompanhei cerca de quatro ou cinco crianças, há 15 dias, que disseram que não estavam matriculadas, por um lado, porque a mãe não tem condições para as matricular e outras, porque não tinham documentações para a matrícula.

Por isso, a minha preocupação ou meu apelo é para que os serviços façam uma campanha ou uma sensibilização, mesmo ao nível das escolas, através de um levantamento, de forma a identificar as crianças que não estão documentadas ou não têm nenhum documento, de forma a ajudá-las a obter esses documentos. As crianças queriam mesmo ir à escola, mas como não tinham documentos estavam mesmo tristes. Eu consegui, felizmente, matriculá-las, muito embora fora do prazo, mas consegui. Eu vi nessas crianças uma satisfação enorme. Portanto, é necessário que o serviço competente faça um levantamento ou uma sensibilização ou ao menos chamar atenção aos pais, para que as crianças estejam documentadas.

Outra questão é com relação a pensão de reforma. É necessário que a Segurança Social ou o Ministério dos Assuntos Sociais faça melhor o seu papel, porque existem muitas idosas e idosos a viverem numa situação precária, e são pessoas que já estão inscritas na Segurança Social. Eu testemunho, estou a acompanhar um caso, mas não estou a conseguir ter respostas e as pessoas estão a passar fome, estão na extrema pobreza. Outras nem têm familiares para as acompanhar, e já estão inscritas na Segurança Social e até hoje não têm nenhuma resposta, não têm nenhuma pensão.

É necessário reverem essa situação, porque não consigo perceber por que é que essa situação persiste. As pessoas estão inscritas há bastante tempo, outras tenho estado a acompanhar ao nível do Distrito de Mé-Zóchi, até hoje não são tidas nem achadas.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, eu agradeço que leve essa mensagem.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Alda Ramos.
Não temos mais inscritos.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Não sei por que não me quer dar a palavra. Estou a pedir há muito tempo!

O Sr. **Presidente**: — Excepcionalmente, vamos dar a palavra à Sra. Deputada Celmira, mas não vamos abrir mais inscrições.

Protesto de um Sr. Deputado.

Independente do tempo, aqui não temos mais inscritos, não está inscrito.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento, é a última inscrita, temos que nos despachar.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Muito obrigada, Sr. Presidente, não só por me conceder o tempo e permitir-me falar, mas também porque está a organizar, na minha perspectiva, com alguma dignidade, esta plenária, não obstante uma ou outra situação menos boa. Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. A todas e todos são-tomenses, lá onde estiverem, sintam-se, por favor, abraçados e acarinhados por mim.

Gostaria de agradecer a duas organizações que tiveram a hombridade de se dirigir à Assembleia Nacional, para formar as Sras. e Srs. Deputados. A primeira formação foi no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (CONSAN), essa é da parte governamental, e dos dias 3 a 5 foi a organização não-governamental Associação São-tomense para Promoção Familiar (ASPF), com a qual se discutiu temas deveras interessantes. Falou-se de saúde reprodutiva, de questões da Tuberculose, HIV/SIDA e no, decorrer da formação, nós tivemos dados e informações muito pertinentes, tivemos também acesso a dados que não tínhamos.

Fala-se ou tem-se falado muito de violência doméstica, abuso sexual de menores, não podia ficar indiferente a essas questões, tanto é que nós legislamos, mas quem deve executar é o Governo. Nós legislamos e podemos também fiscalizar.

Refiro-me a isso, porque todos os oradores em todos os painéis foram pedindo indulgências dos Deputados na resolução dos problemas. Houve muito debate produtivo, mas também nos defendemos, dizendo que os Deputados não executam, quem executa é o Governo, mas podemos exercer a nossa advocacia para que o Governo faça melhor ou faça mais e melhor.

Nesta perspectiva, recuando para a violência doméstica e abuso sexual de menores, tivemos o privilégio de acompanhar os trabalhos do Gabinete de Luta Contra a Violência Doméstica, na pessoa do seu director. Ele ali pediu a nossa advocacia para um projecto que eles têm, mas que ainda está com o arquitecto, se calhar, precisam de trezentos e poucos mil, para conseguir obter aquele projecto, porque ainda não é deles, quem o elaborou precisa de algum valor, para depois entregar o projecto. A nossa advocacia seria pedir a indulgência do Governo, no sentido de procurar parcerias para que o projecto passasse a pertencer ao Gabinete de Luta Contra a Violência Doméstica. O projecto é ambicioso e muito bom, porque passaria a albergar as vítimas de violência doméstica, as vítimas de abuso sexual e outros serviços mais. Porque nós parámos para perguntar, por quê o aumento desses casos, tendo em conta que há mais divulgação? Alguma coisa se passa! É a mãe que muitas vezes não denuncia o marido, porque a filha vive com eles, ela não tem onde ir. É a própria vítima, a mulher, que não pode denunciar o marido, porque ela depois acaba estando com ele no mesmo espaço. Portanto, com aquela casa, podíamos, quem sabe, começar a ter diminuição nos casos de violência.

Com relação ao abuso sexual de menores, eu gostaria de lançar um repto, na perspectiva de estudarmos a cabeça do homem são-tomense. Dizem que há muitas mulheres, que as mulheres estão em maior número que os homens, por quê há maior caso de violência de menores e de abuso sexual? Os homens são-tomenses estão a ficar paranóicos? Por quê as crianças? Qual é o gosto que uma pessoa teria em se relacionar sexualmente com uma criança?

Fica o repto e muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista com bom grado todas as recomendações, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização também fará o mesmo, no que tange às preocupações direccionadas ao Governo.

Devo informar que temos vindo a melhorar os nossos trabalhos. Relativamente à publicidade dos trabalhos na Assembleia Nacional, constituímos, nesta Legislatura, um Gabinete de Comunicação e Imagem, que tem acompanhado todos os trabalhos da Assembleia Nacional. Hoje, com o apoio do PNUD, temos o Gabinete praticamente apetrechado, com equipamentos, cerca de 80% dos equipamentos já cá estão, faltam 20%, mesmo assim, já estamos em condições de fazer a transmissão directa dos nossos trabalhos com os nossos equipamentos. Esta sessão está a ser transmitida em directo na TVS, com equipamentos da Assembleia Nacional. Por isso, precisamos que haja iniciativas, promovendo os debates, palestras, outros trabalhos no terreno com o eleitorado. O Gabinete está em condições de dar cobertura e publicitar esses trabalhos, de modo que a população saiba quais são os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na Assembleia Nacional.

Já agora, gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao PNUD pela valiosa contribuição que tem dado a Assembleia Nacional nesta Legislatura.

Vamos dar sequência aos nossos trabalhos, já é do conhecimento público sobre a triste notícia que recebemos há pouco mais de uma semana, em que o malogrado Presidente do Tribunal de Contas, numa missão de trabalho, teve uma crise que culminou com a sua morte na República da Guiné Equatorial.

Nesta altura, os restos mortais já se encontram no País. Portanto, está em câmara ardente na própria instituição. Estamos aqui a propor, além de algum voto de solidariedade já feito pela Mesa, agora o voto pesar formal, que será endereçado a família enlutada.

Seguidamente, gostaria de propor, antes de analisarmos o voto de pesar, 1 minuto de silêncio, em memória do malogrado.

O Plenário guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

De seguida, peço ao Sr. Secretário que faça a leitura do Projecto do Voto de Pesar n.º 14/XI/2020.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do «Voto de Pesar n.º 14/XI/2020 – Pelo desaparecimento físico do Presidente do Tribunal de Contas, o Sr. Bernardino dos Ramos Araújo.

Foi com profunda surpresa e emoção que os Deputados à Assembleia Nacional tomaram conhecimento do falecimento ocorrido no passado dia 4 do corrente, Quarta-feira, na República da Guiné-Equatorial, do Presidente do Tribunal de Contas, Bernardino dos Ramos Araújo, experiente e valioso quadro que o País vê partir de forma tão inesperada e dramática.

Sério, empreendedor, metucioso no desempenho das missões que lhe couberam em vida. Com o passamento do Bernardino dos Ramos Araújo, o País como que se ressentiu desde já da confiança, dignidade e zelo que investia no seu trabalho e que constitui marcas indelévels e importante legado que ele nos deixa.

Associando-se ao sentimento de dor e luto que ora perpassa pelo País, a Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória de Bernardino dos Ramos Araújo, pelo contributo prestado a Nação e no exercício das suas nobres funções.
2. Exprimir publicamente o presente voto de pesar e endereçar a família enlutada, tocada por dor tão pungente, a sua solidariedade, bem como as mais profundas e sentidas condolências.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 11 de Novembro de 2020.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura, alguma reacção?

Vamos corrigir a data, «10 de Novembro» e não «11». Mais propostas de correcção, emenda, alteração? Podemos submeter à votação, com a correcção feita na data?

Submetido à votação, foi aprovado, com 54 votos a favor.

O voto de pesar, para além da sua publicação, será endereçado à família enlutada.

Seguidamente, temos duas propostas sugeridas pelo Grupo Parlamentar do ADI. Passemos à primeira, o projecto de voto de pesar pelo desaparecimento físico do Sr. Francisco Ambrósio do Espírito Santo, ex-Presidente da Assembleia Regional do Príncipe.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura do «Voto de Pesar pelo desaparecimento físico do Sr. Francisco Ambrósio do Espírito Santo.

Tendo recebido com profunda consternação a notícia do passamento físico do Sr. Francisco Ambrósio do Espírito Santo, antigo Presidente da Assembleia Regional do Príncipe, no período compreendido entre 1995 e 2006, que dedicou a vida inteira às causas da Nação, em prol da democracia e da consolidação da autonomia política e administrativa da Região Autónoma do Príncipe;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

- 1- Honrar a memória do Sr. Francisco Ambrósio do Espírito Santo, pelo extraordinário contributo por si prestado ao País e, em especial, à Região Autónoma do Príncipe.
- 2- Exprimir, através deste voto de pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo seu desaparecimento físico.

Assembleia Nacional, 10 de Novembro de 2020.

Os proponentes, os Deputados Carlos Pinheiro, Carlos Correia, Abnildo d'Oliveira, Arlindo Ramos, Mário Rainho e Anaydi dos Prazeres.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura, alguma reacção, proposta de correcção, alteração? Não sendo o caso, podemos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 54 votos a favor.

Seguidamente, temos outra proposta, também da iniciativa do Grupo Parlamentar do ADI, o projecto de Voto de Congratulação, pela eleição do Sr. Deputado Eduardo Pacheco ao cargo do Presidente da União Interparlamentar. Uma candidatura em que o Grupo Nacional da União Interparlamentar (UIP) da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe abraçou e apoiou, que foi felizmente eleito Presidente desta organização internacional, na primeira volta, com 220 votos a favor, dos 398 votos expressos.

Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura da proposta.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura: «Voto de Congratulação, que felicita o Dr. Duarte Pacheco, pela sua eleição ao cargo de Presidente da União Interparlamentar (UIP).

Preâmbulo.

Considerando que São Tomé e Príncipe é um país africano de Língua Oficial Portuguesa, membro efectivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo o seu Parlamento como membro co-fundador da Assembleia Parlamentar desta Comunidade;

Atendendo que a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe é também membro da UIP, para a qual foi eleito como 33.º Presidente o Dr. Duarte Pacheco, Deputado da Assembleia da República, em Portugal, desde 1991;

Considerando, sobretudo, que foi a primeira vez que um cidadão lusófono é escolhido para o referido cargo, cuja eleição mereceu 56% dos votos, no dia 2 de Novembro de 2020, em uma única ronda, com a participação *online* de mais de 400 membros de parlamentos de 140 países do mundo;

Atendendo ainda que esta eleição histórica representa não só uma maior responsabilização da comunidade lusófona no fórum, ideal para alcançar os objectivos para o sucesso da humanidade, o que honra imenso os parlamentos de língua portuguesa;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Regimento da Assembleia Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

- 1- Congratular-se pela eleição do Deputado da Assembleia da República de Portugal, Dr. Duarte Pacheco, como Presidente da UIP.
- 2- Exprimir, de igual modo, a gratidão pela representatividade cada vez mais expressiva da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, neste fórum mundial.
- 3- Felicitar a Assembleia da República de Portugal, o povo português, em especial, e a comunidade lusófona, em geral, por este reconhecimento.

Artigo 2.º

O presente voto de congratulação entra em vigor nos termos legais.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 10 de Novembro de 2020.

Os proponentes, Deputados Abnildo d'Oliveira, Domingos Boa Morte, Arlindo Ramos, Celmira Sacramento e Paulo Carvalho.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura, alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é apenas para que haja uma consonância harmonizada. No segundo parágrafo: «Atendendo que a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe é também membro da União Interparlamentar (UIP), para a qual foi eleito, como 33.º Presidente o Dr. Duarte Pacheco, Deputado da Assembleia da República, em Portugal, desde...», seria «...da República Portuguesa, desde...», apenas essa alteração.

O Sr. **Presidente**: — Esta feita a proposta de correcção na parte final do texto, segundo parágrafo: «Deputado da Assembleia da República Portuguesa» e não «Deputado da Assembleia da República, em Portugal», como está no texto. Alguma reacção?

Mais alguma proposta de correcção, emenda, alteração?

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — É algo breve. No terceiro ponto do artigo 1.º, não sei se o termo «reconhecimento» pode ser mais expressivo que aquilo que se passou realmente. Não sei se os subscritores podem nos explicar o alcance desse reconhecimento. Não será por esta eleição?

O Sr. **Presidente**: — Feita a sugestão, algum dos proponentes quer reagir?

É o ponto 3 do artigo 1.º. «Felicitar a Assembleia da República de Portugal, o povo português, em especial, e a comunidade lusófona, em geral, por este reconhecimento.» Não tem qualquer ligação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, acolhemos com agrado esta correcção, para uniformizarmos a linguagem, tratando-se de eleição. Até porque, mesmo no preâmbulo, falamos sobre a eleição. É pacífico e acolhemos essa contribuição do Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, fica, «por esta eleição» e não «por este reconhecimento». Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, não trago proposta de alteração, apenas para os subscritores algo que, na minha opinião não está bem ou não fica muito bem. É no segundo parágrafo, só dei conta quando o Vice-Presidente, Guilherme Octaviano, leu a frase, pensei que iria falar disto, mas não.

Diz: «Atendendo que a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe é também membro da UIP, para a qual foi eleito...»...

O Sr. **Presidente**: — Queria propor aos membros que tiveram a iniciativa, nesse caso os proponentes e a Assembleia, se for caso disso, que aprovássemos o projecto de Voto de Congratulação e, sem fugir, naturalmente, o seu espírito, deixar que as correcções fossem feitas na comissão de redacção, porque há muitas gralhas, na verdade, que têm que ser alteradas, sem fugir ao espírito e a letra da iniciativa.

Os proponentes concordam?

Vozes: — Sim!

Muito bem, vamos aprovar! O texto final será corrigido pela comissão de redacção.

Submetido à votação, foi aprovado, com 54 votos a favor.

Duas notas de esclarecimento.

Acabei de informar, de acordo com o programa que recebi do Tribunal de Contas, que os restos mortais do ex-Presidente do Tribunal de Contas estaria em câmara ardente, mas fui informado que o avião ainda se encontra na Guiné-Equatorial e prevê-se a sua saída dentro de meia hora. Quer dizer, ainda não chegou.

E que também estamos a transmitir em directo na nossa página e ainda não na TVS, porque é preciso outro sistema para conectar e termos o canal parlamento.

A estratégia que está na nossa visão é que haja um canal parlamento na nossa televisão, que ainda não está em activo.

Concluído o período prévio à ordem do dia, não sei se continuamos até concluir a ordem do dia ou se fazemos um intervalo de 15 minutos.

Reacção, Srs. Líderes Parlamentares? Seria um intervalo pouco mais de 20 minutos, tínhamos que estar aqui às 13 horas.

Srs. Deputados, vamos suspender os trabalhos por 20 minutos.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, estão 50 Deputados na Sala, declaro reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Estamos a iniciar os pontos da ordem do dia, temos como o primeiro ponto discussão e votação, na generalidade, do Projecto de Lei n.º 16/XI/4.ª/2020 – Criação do Fundo de Apoio à Promoção da Cultura. Esta é uma iniciativa do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, a quem convido para fazer a apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Esta iniciativa nasce da preocupação que temos para com o Sector da Cultura. Sabemos que a Cultura é um sector que merece uma atenção particular, no momento em que vivemos, num mundo cada vez mais globalizado, onde a indústria cultural tende a ofuscar aquilo que são os valores culturais dos países, com poucos recursos. No caso de São Tomé e Príncipe, temos uma preocupação com a promoção do turismo e entendemos, nessa perspectiva, tentar criar um fundo de apoio à promoção da cultura, como forma de reforçar aquilo que é a nossa identidade nacional e promover também o turismo nas Ilhas.

Permita-me dizer que, no nosso entender, o Sector da Cultura, ao longo dos tempos, não tem recebido a devida atenção. Se prestarmos atenção ao orçamento da Cultura, geralmente acaba sendo o sector que leva uma fatiazinha dos orçamentos que por aqui passaram.

Entendemos que os músicos, os médicos tradicionais, temos uma floresta que oferece muitas plantas medicinais, mas elas carecem de um estudo, uma pesquisa orientada, todos esses aspectos constituem preocupação para promoção da nossa cultura. Não estamos a falar apenas da questão das danças e dos pratos típicos. Estamos a falar também do lado da medicina tradicional, claro está, do lado lúdico e todos esses aspectos que elencamos no nosso projecto de lei.

Queremos com este projecto, caso seja aprovado, que o Sector da Cultura venha a conhecer melhores dias. Daí, senhoras e senhores, este projecto que submetemos à vossa doura apreciação.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, alguma reacção, antes da leitura do parecer?

Não sendo o caso, peço ao Sr. Presidente da 3.^a Comissão Especializada Permanente, ou a quem este indicar, para fazer a apresentação do competente parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Carvalho.

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Caros Deputados, boa tarde.

Sr. Ministro, aproveito para o felicitar e desejar sucessos na nova missão.

Passo à leitura do «Parecer da 3.^a Comissão Especializada Permanente relativo ao Projecto de Lei n.º 16/XI/4.ª/2020 – Lei que cria o fundo de apoio à cultura.

1. Introdução.

De conformidade com o despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à 3.^a Comissão Especializada Permanente, para análise e emissão do parecer, na generalidade, o projecto de lei que Cria o Fundo de Apoio à Cultura.

Para o efeito, a 3.^a Comissão reuniu-se no dia 9 de Setembro do corrente ano para, dentre outros assuntos, proceder à apreciação do supracitado documento e indigitar o relator, que recaiu na pessoa do Sr. Deputado Paulo Carvalho.

2. Enquadramento legal.

A iniciativa é exercida pelo Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelos artigos 136.º e 137.º, ambos do Regimento da Assembleia Nacional, e reúne os requisitos previstos no artigo 143.º, também do Regimento da Assembleia Nacional.

3. Contextualização.

O proponente da iniciativa fundamenta a sua intenção na necessidade de dotar o Sector da Cultura de recursos financeiros susceptíveis de contribuir para o seu fortalecimento, atendendo à determinante colaboração da área da Cultura para a promoção de São Tomé e Príncipe, como um atractivo destino turístico e o papel do Sector, enquanto factor de coesão social e instrumento incontornável de afirmação do povo são-tomense, no mundo globalizado em que estamos inseridos.

No âmbito cultural, o projecto de lei está composto por um total de 12 artigos e tem por finalidade financiar todas as actividades que visam promover os valores culturais, bem como promover o resgate das manifestações culturais já existentes ou em via de extinção.

4. Conclusão e recomendação.

A Comissão concluiu que a iniciativa cumpre todos os requisitos legais.

Neste sentido, recomenda que o projecto de lei seja remetido ao Plenário, para efeitos de apreciação e votação na generalidade.

Eis o teor do parecer desta Comissão.

Feito, em São Tomé, aos 30 de Outubro de 2020.

O Presidente da Comissão, José António do Sacramento Miguel.

O Relator, Paulo Carvalho.»

O Sr. **Presidente**: — Estão abertas as inscrições, para o debate na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Não há dúvidas de que o Sector da Cultura tem constituído o parente pobre da nossa economia. A Cultura é um sector que pode ajudar muito a alavancar a economia, sobretudo o turismo. Numa perspectiva em que o País tem potencialidades para desenvolver o turismo, julgo que a iniciativa de se ter um fundo de cultura é louvável. A minha preocupação prende-se com a origem do fundo, ou seja, o financiamento. Qual será a fonte de financiamento deste fundo, tendo em conta, como sabemos, que já existe um fundo de apoio ao sector do turismo? Não sei como é que tem sido gerido este fundo. Pergunto, haverá algum casamento entre este Fundo da Cultura e o Fundo do Turismo, para o melhor aproveitamento dos mesmos.

Julgo também que esta é uma matéria que deveria ser apreciada pela 2.^a Comissão, que é a Comissão que analisa esses aspectos. Não sei se terá passado, comecei agora a participar nas reuniões da 2.^a Comissão.

Não ponho em causa a iniciativa, mas ponho em causa a necessidade de uma melhor coordenação desses fundos, para que não haja sobreposição. Sei que, no caso do Fundo de Turismo, por exemplo, é cobrado uma quota dos turistas que vêm ao País. Sendo assim, como fazer esse casamento entre o Fundo da Cultura e o Fundo do Turismo, para que a cultura não fique penalizada, nem o turismo fique penalizado, mas que se possa aproveitar para garantir a promoção do turismo e da cultura. Há muita gente que não vem para São Tomé e que diz: «vocês têm um país muito bonito, mas há um problema, a noite a cidade fica muito fria, não há diversões, a gente fica no hotel e depois não sabe o que fazer.» Não há dúvida que se tem que encontrar formas para se movimentar mais o País. Há países que desenvolvem o turismo que, em cada canto, em cada esquina, há alguém que canta, ou que dança, ou que toca. Os turistas passam e têm alguma distração, diversão, e pagam por isso.

Por isso, gostaria de saber como será a fonte de financiamento, neste caso, e como se vai fazer este casamento entre o turismo e a cultura.

O Sr. **Presidente**: — Uma preocupação colocada ao proponente, vamos acumular. Mais intervenções? Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, ao ouvir a Sra. Deputada Maria das Neves, no início da sua intervenção, pensava que iria esvaziar a minha intervenção, mas não.

É também minha preocupação saber sobre a origem do fundo, para conciliar com a Lei do Sistema Administrativo e Financeiro do Estado (SAFE). Será neste ou no próximo exercício económico? Já que vamos receber brevemente o Orçamento Geral do Estado (OGE), será para o próximo ano económico, tendo em conta o que diz a Lei do SAFE.

Apenas essa ressalva.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Tenho alguma dificuldade em enquadrar legalmente este projecto de lei e, acima de tudo, pala além daquilo que o Sr. Deputado Levy Nazaré alertou, a conciliação com a Lei do SAFE, falo do aspecto da gestão e dos recursos para o fundo.

Está a Direcção-Geral da Cultura, como responsável máximo dos fundos, pode dizer-se que o Conselho Administrativo integra os representantes dos organismos do Estado, todos, e 1% dos recursos destinados a esse fundo provém do OGE. É preciso conciliar aquilo que disse o Sr. Deputado Levy Nazaré, com essas transferências orçamentais para o fundo. É preciso ter em conta que a Lei do SAFE impede que uma instituição do Estado, principalmente ligada à Administração Pública, tenha uma conta particular. Este projecto diz-nos que o gestor fundamental é o Director-Geral da Cultura e que o Conselho compõe-se de representantes do Ministério das Finanças e do Ministério do Turismo. É preciso não adultermos, é a palavra que gostaria de usar, aquilo que a Lei do SAFE permite. Se criarmos um fundo cujo recurso essencial é a transferência de 1% do OGE, para além de outras participações de pessoas individuais ou de outros sectores, é preciso termos em conta que a Lei do SAFE diz textualmente que nenhuma instituição do Estado pode ter uma conta no banco, na primeira parte.

Na segunda parte, cria-se o fundo, mas também uma equipa. Os gestores do fundo terão uma remuneração. Um dos gestores é o Director-Geral da Cultura, que já tem uma remuneração. É preciso termos em atenção, porque há questões que, na especialidade, é preciso discutir com o Governo, com o próprio Ministério do Turismo e Cultura, como disse aqui a Sra. Deputada Maria das Neves. Há um fundo do turismo, cujo objectivo essencial é a promoção do turismo e da cultura. Acho que os proponentes da iniciativa devem dar-nos alguns esclarecimentos sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o ensejo para agradecer aos Deputados que apresentaram as suas dúvidas, porque contribuirão, necessariamente, para a melhoria da iniciativa.

Gostaria de dizer que ao apresentarmos a iniciativa, não tivemos a ideia de que é uma iniciativa acabada, intocável, mas sim submeter justamente à apreciação dos Deputados e das Deputadas que, necessariamente, vão contribuir para a sua melhoria.

Começo pela preocupação da Sra. Deputada Maria das Neves, no que diz respeito ao financiamento do fundo. Questiona se haverá algum casamento entre o Fundo do Turismo e o Fundo da Cultura. A ideia inicial é justamente esta, através do reforço ao Sector da Cultura conseguirmos promover o turismo. É nesse sentido que um dos pontos que faz referência ao fundo diz que uma percentagem da verba cobrada aos turistas, que vai ao fundo do Turismo, aquela percentagem que for definida, deverá ser revertida a favor do Fundo da Cultura.

A questão de financiamento, nós estamos a propor 1% do valor do OGE, mas é um valor indicativo. Sabemos que merecerá uma discussão com o próprio Governo, para ver se é insuficiente ou exorbitante. Entendemos que não poderíamos pôr abaixo ou acima de 1%, sem antes discutir concretamente com o Governo.

Creio que em relação à questão da Lei do SAFE, Sr. Deputado Levy Nazaré, é uma iniciativa que entrou na Mesa da Assembleia faz tempo. Se não houvesse esse período de interregno, digamos assim, de repente já teríamos esta iniciativa aprovada, para poder entrar em vigor já neste Orçamento, respeitando assim o preceituado na Lei do SAFE. Não sendo este o caso, no momento da discussão, na especialidade, se for o nosso interesse que a lei prevaleça, o que poderemos fazer? É justamente a introdução de uma medida de disposição transitória, reportando para outro exercício económico, nomeadamente de 2022.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos disse que tem dificuldade em enquadrar o projecto de lei. Não tivemos tanta dificuldade assim. Gostaria de dizer-lhe que a questão da Lei do SAFE impedir, faz-me confusão, nesta lógica, porque existe uma lei que cria o Fundo do Turismo. Desde já, para dizer que não tivemos nenhuma percepção de que o Fundo do Turismo está voltado para o turismo e a cultura, como disse, mas ele está circunscrito apenas ao turismo, salvo opinião ou texto em contrário. Mas esse aspecto não é a nossa preocupação, em concreto. A nossa preocupação vai para a criação deste fundo, encontrando mecanismos para promovermos a cultura, porque, como dissemos na nossa apresentação, o objectivo central é dar outro alento ao Sector da Cultura. É o que queremos. Estamos abertos para que, no momento da discussão, na especialidade, todas as correcções sejam feitas, para o País ganhar e a cultura ganhar com esta nova iniciativa.

Não sei se ficou alguma coisa por responder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra só para dar uma contribuição. Acho que a origem desse fundo não pode passar por nenhum contributo de turistas. O Fundo do Turismo é financiado por uma taxa turística, justamente porque há um conjunto de serviços que são colocados à disposição dos turistas, como as condições balneares, as praias, os sanitários, etc. Então, pagam uma taxa por esses serviços.

Não estou a ver como os turistas vêm usar de forma gratuita o serviço prestado por um grupo cultural e que depois ele tem que contribuir com algo para esse fundo.

O turista, para chegar a São Tomé e Príncipe, o custo é muito alto. São Tomé e Príncipe é um destino caro. Devíamos trabalhar no sentido de a Cultura encontrar mecanismo para explorar economicamente aquilo que oferece. Os turistas devem pagar pelo serviço que os grupos culturais vão prestar.

Essa é a minha contribuição. Espero que a tenham em conta, porque tem havido muita dificuldade de fazer chegar os turistas a São Tomé e Príncipe, sobretudo nesta época e, nos próximos tempos, por causa da pandemia, tornará ainda mais difícil.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a aprovar na generalidade, depois o projecto será submetido à Comissão. Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro que houve alguma falha na sua interpretação do projecto. Não estamos a dizer que os turistas vão pagar. Quando nos referimos à cultura, não restringimos apenas aos grupos culturais. Há outras dimensões que brigam com o Sector da Cultura. Mas o nosso propósito, quando fizemos referência ao turista, não estamos a dizer que o turista vai pagar para o Fundo da Cultura. Estamos a dizer que, daquele valor que ele vai pagar como taxa de turismo, não é do seu bolso, o valor já está estipulado, uma parte vai reforçar a cultura, porque no fundo o Sector do Turismo vai beneficiar de uma forma mais directa daquilo que é a própria cultura do País.

É esta a nossa preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposta. Ao ser aprovada, na generalidade, esta iniciativa, gostaria de propor que, na especialidade, ela fosse analisada pela 3.^a e 2.^a Comissões, tendo em conta a questão que aqui foi colocada, para que se pudesse ver melhor o seu enquadramento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Maria das Neves.

A proposta de análise, na especialidade, em comissões conjuntas, é regimental, portanto, todos os Deputados podem participar da discussão na especialidade em comissões. Naturalmente, só poderá votar os Deputados da Comissão competente em razão da matéria, neste caso, a 3.^a Comissão.

Mais intervenções?

Murmúrios.

É o que está no Regimento.

Os Deputados podem intervir e participar em todas as comissões, fazer propostas de emenda, de correcção, de alteração, como quiserem. Apenas votam os membros da comissão competente em razão da matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho reagir à proposta da Mesa. A Sra. Deputada Maria das Neves apresentou uma proposta, depois da sua aprovação aqui em plenária, gostaria que fosse também remetida à 2.^a Comissão. Não seria uma discussão conjunta, mas a 2.^a Comissão também deveria analisar esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada Cristina Dias, nesta fase, não há qualquer hipótese. Só na generalidade é que se pede pareceres de comissões díspares, tendo em conta a conexão. Portanto, na generalidade, podia-se pedir o parecer da 3.^a Comissão, tendo em conta a competência que tem em matéria da cultura, é o pelouro que tem esta Comissão e porque tem alguma conexão com a matéria económica e financeira, pedir também o parecer da 2.^a Comissão. A discussão na especialidade é da competência exclusiva da comissão competente em razão da matéria.

No entanto, o Regimento prevê que qualquer Deputada ou Deputado pode e deve participar, opinar, propor, sugerir tudo o que for necessário. Apenas a votação fica exclusiva aos nove Deputados, ou seja, aos membros da comissão competente em razão da matéria. Isto é o que está no Regimento.

Mais intervenções?

Pausa.

Não sendo o caso, vamos submeter à votação. Estamos a votar na generalidade. Em caso de aprovação, será remetido à 3.^a Comissão, para a sua análise na especialidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 47 votos a favor e 4 abstenções.

Passemos ao segundo ponto de ordem do dia, discussão e votação, na generalidade, do Projecto de Lei n.º 26/XI/4.^a/2020 – Primeira alteração à Lei n.º 6/2012, de 6 de Agosto, Lei que aprova o Código Penal. Portanto, também a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCD/MDFM-UDD, que peço para fazer a apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, esta iniciativa, no fundo, é aquilo que nós, hoje, no período prévio, pudemos acompanhar das intervenções de vários Deputados que aqui vieram e que enfatizaram bastante sobre os crimes que têm ocorrido no nosso país, nomeadamente aqueles crimes que brigam com auto-determinação sexual das crianças e adolescentes. Escusa, Sr. Presidente, falar aqui das estatísticas, falar aqui dos números de casos que tendem a aumentar constantemente em relação ao abuso sexual de menores no nosso país. Todos os sectores da sociedade civil têm exigido dos autores políticos que façam alguma coisa. Nós, ao nível da Assembleia Nacional, temos duas alternativas nesse aspecto: a primeira que passa por legislar e a outra, por fiscalizar o próprio cumprimento ou respeito, digamos assim, da lei.

A proposta que temos em mãos visa o agravamento das penas para os abusadores, mas ela, por si só, não vai sanar o problema. Ela consubstancia-se numa iniciativa que, no fundo, é um sinal da Casa Parlamentar e dos representantes do povo, que nós não estamos a dormir, que não ignoramos aquilo que são as lamentações do povo. Recentemente, a Assembleia Nacional recebeu aqui uma delegação da Associação SOS Mulher e um dos aspectos discutidos foi justamente este, a necessidade de haver medidas sérias para evitar que as pessoas que abusam sexualmente dos menores e das menores no nosso país se sintam impunes. Assim, tomamos a iniciativa de submeter à Mesa e, conseqüentemente, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados esse projecto de lei, com o propósito claro de agravar a pena aos prevaricadores, mas ela tem outro aspecto também muito clamado por parte da sociedade civil. No Código Penal, o capítulo que faz referência ao crime contra auto-determinação sexual tem um aspecto que era bastante preocupante, porque o crime era semi-público, dependia de queixas, etc. Agora a nossa proposta é no sentido de tornar o crime de carácter público, de modo a facilitar a denúncia e o conseqüente andamento do processo.

Outro aspecto que propusemos nessa alteração é criminalizar esses acordos que são feitos entre os encarregados de educação, conhecidos, como: dar mesa, quatro cadeiras, brincos e cordões de ouro, etc. Nós entendemos que esse tipo de acordo, no fundo, lesa bastante a criança. Assim, particularmente, na altura do período prévio, Sr. Presidente, eu evitei falar sobre isso, porque iria apresentar esta proposta de alteração. É o mínimo que podemos fazer, nesta altura, para mostrar o nosso compromisso com a Nação.

Honestamente, acho que esse mínimo ainda é muito pouco, temos que nos organizar em campanhas de sensibilização constante nas escolas, fazer um trabalho próximo das crianças, para facilitar a denúncia, a partir do momento em que o crime tiver esse carácter de crime público.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estamos a apreciar a proposta apresentada. Há alguma intervenção, antes da leitura do parecer?

Não havendo, peço então ao Presidente da 1.ª Comissão, ou a quem este indicar, para fazer a apresentação do competente parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Santos.

O Sr. **Arlindo Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo à leitura do «Parecer da 1.ª Comissão sobre o Projecto de Lei n.º 26/XI/4.ª/2020 – Primeira alteração à Lei n.º 6/2012, de 6 de Agosto, Lei que aprova o Código Penal.

Para efeitos de parecer, foi submetido à 1.ª Comissão Especializada Permanente o Projecto de lei n.º 26/XI/4.ª/2020, que propõe a alteração de dispositivos da Lei n.º 6/2012, Código Penal, proveniente do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

A. Enquadramento constitucional e regimental do projecto.

Esta iniciativa é exercida nos termos do n.º 1 do artigo 99.º da Constituição da República, coadjuvado com o artigo 136.º e o n.º 1 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia Nacional e reúne ainda os requisitos formais previstos no n.º 1 do artigo 142.º e o 143.º do citado Regimento.

Analisada a seu «*ratio*», para ajuizarmos da sua pertinência ou não, a fim de ser depois apreciada, discutida, eventualmente aprovada na generalidade e em votação final global, pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Com efeito, o Grupo Parlamentar acima referido assenta a sua pretensão revogatória em dois pressupostos:

a) Um de natureza social:

Com este, pretende-se que o projecto consagre uma reacção do Estado mediante o agravamento do processamento criminal e das penas que possam servir como dissuasão de comportamentos criminosos, por exemplo, a violação de menores, que se têm acentuado ultimamente vitimando crianças.

b) Outro de natureza jurídico-legal:

Neste quadro, sustenta-se a proposta de alteração na necessidade de fazer repercutir na nossa ordem jurídica os efeitos decorrentes da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança por parte do Estado são-tomense. Entende-se que a assinatura e ratificação, pelo Estado são-tomense, da Convenção acima referida constitui uma obrigação para o Estado agravar a sua política criminal, de forma a responder oportunamente aos comportamentos sociais censuráveis, traduzidos em diversos crimes contra as crianças que este vinculou proteger.

Para melhor elucidação, citamos da nota explicativa a parte seguinte do texto:

«São Tomé e Príncipe ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e comprometeu-se, de acordo com a Convenção, a protegê-la contra todas as formas de violência física ou mental, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa, cuja guarda haja sido confiada.»

Para os proponentes, o número crescente de crianças vítimas de abuso sexual no seio familiar ou fora dele, incluindo crianças de tenra idade e adolescentes por adultos que as deveriam proteger, reclamam a adopção de medidas visando proteger as mesmas e agir incisivamente contra os prevaricadores.

Enfim, face à ocorrência e multiplicação de verdadeiras atrocidades contra as crianças, o Estado tem que responder aos criminosos através do seu instrumento de «última *ratio*», agravando as sanções criminais contra estes delinquentes e tornar mais eficazes os procedimentos criminais.

É um imperativo à resposta do Estado, face aos apelos silenciosos das inocentes crianças vitimadas, das famílias amarguradas e da sociedade em geral, perante o perverso recrudescimento de um fenómeno, em relação ao qual a Nação e o Estado São-tomense não podem continuar indiferentes.

B. Reparo técnico

Entretanto, não poderemos escamotear que a pretensão de agravamento do tecido criminal para responder oportunamente aos apelos de regulação e de sanção social não devem brigar com os princípios constitucionais, que funcionam como limite e fundamento para o legislador penal.

É claro que, nesta situação, não estamos face ao agravamento resultante de uma opção legislativa penal que extravase a dimensão do bem jurídico protegido pela norma penal, porém, esta preocupação deve estar presente, já que os princípios jurídico-constitucionais, onde se integram os critérios da dignidade penal do bem jurídico e da necessidade da intervenção penal, deve limitar-se e fundamentar qualquer opção legislativa em sede de direito penal.

Entretanto, o princípio de agravamento e de alteração das molduras penais para responder à pretensão perfilhada exposta nos diversos artigos propostos constitui proposta aceitável para a discussão e aprovação do projecto na generalidade.

C. Análise específica do projecto de lei apresentado

O projecto de lei contém uma nota explicativa e altera alguns artigos, como se pode constatar através de uma análise minuciosa da iniciativa. São os seguintes artigos da Lei n.º 6 /2012, de 5 de Julho, Código Penal, propostos para alteração, no sentido do agravamento das suas molduras penais:

Artigo 175.º – referente ao crime de abuso sexual de criança;

Artigo 176.º – referente ao crime de abuso sexual de adolescentes e dependentes;

Artigo 177.º – referente aos actos sexuais com adolescentes;

Artigo 178.º – referente aos actos homossexuais com adolescentes;

Artigo 179.º – referente à prostituição de menores;

Artigo 180.º – referente à pornografia de menor;

Artigo 181.º – referente ao lenocínio e tráfico de menores;

Artigo 182.º – referente à agravação e responsabilidade das pessoas colectivas ou equiparadas;

Artigo 183.º – referente a queixa e a omissão de denúncia.

Conclusão.

Pelas razões acima expostas, recomenda-se que o Projecto de Lei n.º 26/XI/4.ª/2020 – Primeira alteração à Lei n.º 6/2012, de 6 de Agosto, Lei que aprova o Código Penal seja submetida ao Plenário, para discussão e votação.

Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, São Tomé, 28 de Outubro de 2020.

O Presidente, Raúl Cardoso.

O Relator, Arlindo dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Relator.

Tenho apenas um reparo na sua introdução. Os homens perfilam-se e os documentos permanecem. Temos que ter uma uniformização na introdução. Portanto, na sua introdução, referiu-se ao documento que foi submetido à 1.ª Comissão, mas não referiu por quem. Amanhã, se houver alguma dúvida, não se saberá quem submeteu o documento à apreciação. É a norma, não é o Delfim Neves.

Murmúrios.

É um reparo na introdução. Apenas isso!

Murmúrios.

Não é isto. É apenas um reparo, podemos ver depois!

Portanto, feita a apresentação do parecer, estão abertas as inscrições para o debate do documento na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, quando usei da palavra, na primeira vez, havia mencionado que nós tínhamos em cima da mesa esta iniciativa. Como disse, em representação dos proponentes, o Deputado Danilson Cotú, é de facto da nossa responsabilidade, é a prerrogativa que nos cabe, fazer alguma coisa para este fenómeno. Obviamente, eu concordo com a opinião aqui dita, que devemos discutir o assunto de uma forma mais abrangente, envolvendo toda a força viva da Nação, para discutirmos esse problema. Paralelamente à discussão, nós devemos agir! Não dá mais para ficarmos apenas na discussão e as crianças continuarem a ser violadas! Não dá mais! Não dá mais para continuarmos serenamente nos nossos sofás a ver o telejornal e a ouvir, todas as semanas, o relatório da Polícia Nacional sobre aquilo que está a acontecer na nossa sociedade. Não dá mais!

Na minha opinião, depois de alguma reflexão, é a consequência, o reflexo daquilo que vem acontecendo no nosso país em várias áreas, que é a falta de responsabilização dos praticantes do mal. Como nós falamos nestes tipos de crimes, falamos noutros tipos de crimes, na corrupção e outros. Acho que não estamos a dar conta de que é necessário começarmos a responsabilizar as pessoas pelos seus actos. As pessoas têm que assumir os seus actos! Sobre esta matéria, o quê que acontece, o quê que está acontecendo? De facto, se há um ou outro caso que chega ao julgamento, não tem impacto social para aqueles que continuam a praticar este acto. Daí a iniciativa pedir a alteração da moldura penal, para agravar a pena. É verdade, como foi dito, a lei já existe, mas é um sinal! É um sinal, como foi dito, para nós agravarmos a pena e torná-la também um crime público, *tout court*, mas outras acções têm que continuar. Porque assistimos todos os dias a campanhas na televisão. Eu vejo, na TVS, os Deputados a usarem da palavra, nas campanhas do Ministério da Justiça. Os Ministros da Justiça que passaram, nos últimos anos, todos fizeram campanha a falar disso. A polícia, os representantes da sociedade civil, o pessoal do Gabinete de Violência Doméstica, com camisola com símbolo no peito, todo mundo a falar na campanha

nas escolas. Então, algo está a falhar, porque isso não está a resultar, os crimes estão a aumentar. Se algo está a falhar, aí sim, vamos sentar-nos todos e sabermos com as magistraturas, isso é importante também. As magistraturas não são órgãos políticos, mas encontram-se de uma forma através da sociedade civil. Como eles já foram lá, a senhora de SOS Mulher disse que teve encontro com o Procurador-Geral da República, para se encontrar o que está a acontecer, onde é que estamos a falhar.

Por exemplo, eu acho que a comunicação social deve ajudar-nos também nisso. Quando há um julgamento sobre esses casos, devem ir e filmar a cara dos delinquentes, dos prevaricadores, pôr na televisão. Eu sei que esse tipo de crimes, muitas vezes, não é público, por causa de menores, envolve menores, então os crimes não são públicos, logo, não se permite a comunicação social estar presente e firmar o julgamento, mas filma ao sair. Sabe-se quem é, talvez há uma imagem dessa pessoa. Não se pode firmar é o julgamento. Eu só estou a dar ideias, mas é preciso fazer-se qualquer coisa. Não pode! Não pode continuar! Eu acho que algo está a falhar e é porque o Estado não tem agido duramente sobre os prevaricadores. Se estamos aqui hoje a discutir isso, a ler e aprovar, vamos para a 1.ª Comissão. A responsabilidade também tem que sair de nós os Deputados, representantes do povo, porque muitos prevaricadores são pessoas também altas na sociedade. Vamos ser honestos e vamos falar claramente! Há pessoas políticas, com responsabilidades políticas, também envolvidas em casos de violação de menores, envolvimento com crianças. Há pessoas que dizem que 15, 16 anos não são crianças! Temos que acabar com isso! Menor de 18 anos é criança, é menor perante a lei! Há pessoas que dizem, ah, eu não sabia a idade! Há pessoas que dizem que as crianças também estão muito *teren-teren*, estão a seduzir-nos pela forma como vestem. Durante o dia estão de batas, estão de roupas escolares, de noite estão de saias curtas e nós não somos de ferro. Então, todos nós juntos devemos levar isso a sério, e que não fique só pela alteração da Lei Penal e nada acontecer. Porque a lei existe, hoje estamos agravar um pouco, mas a pena de hoje, está-se a aplicar, está a haver consequências? Então, mesmo que a gente agrave, se nada fizermos, vai continuar na mesma.

Aí sim, eu concordo com a Sra. Deputada Maria das Neves, mas é preciso então revertermos isto. As magistraturas têm que nos ajudar nisto. Nós, os Deputados, estamos a fazer a nossa parte. Nas magistraturas, obviamente, há sempre presunção da inocência, para também não se condenar um inocente. Mas esses processos, que sejam mais céleres!

Na comunicação social, que se saiba que tal delinquentes, tal prevaricador foi condenado com 10, 12, 14 anos de cadeia. Na moldura penal, moldura penal é quando o crime é de oito a 14 anos, que se dê a pena máxima, para esses casos. Que se socorram mais de agravantes e não de atenuantes. Buscar atenuantes para baixar penas, não. Vão buscar agravantes para agravar a pena. E que essa história de bom comportamento na cadeia, também para esses crimes, não. Se for 14 anos, 14 anos de cadeia. Por isso, é preciso o Estado ser mais enérgico. Não são os Deputados, é o Estado, todos os órgãos do Estado. Ser mais enérgico contra este crime, porque se não também, para além disso que está a acontecer, há um outro fenómeno que vai ser terrível, se nós não pormos mãos nisso, que é o turismo. O turismo traz consigo, infelizmente, todas essas situações de encontrar famílias desfavorecidas, famílias pobres e de baixa renda, envolvendo com crianças e transformando em um turismo sexual de menores, como têm outros países.

É preciso nós agirmos, em boa hora chegou a iniciativa, porque é lamentável o que está a acontecer no nosso país.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, primeiramente para dizer que nós, os Deputados do MLSTP/PSD, aliamo-nos ao espírito que orienta esse projecto de lei e vemos nesse espírito uma opção de protecção dos mais frágeis, dos mais vulneráveis, daqueles que precisam de uma mão protectora, dentro da sociedade, para vir em seu socorro. Estamos a falar das crianças, dos adolescentes, que muitas vezes são vítimas dos predadores imorais e sem ética.

Nós nos escrevemos perfeitamente no espírito que orienta e motiva este projecto de lei.

O Deputado que me antecedeu, o Vice-Presidente Levy, deixou-nos alguma reflexão. Não obstante a necessidade de um agravamento de penas, é importante, creio eu, se bem entendi o sentido da sua explanação, é necessário que as instituições funcionem, que as penalizações sejam efectivas, que os crimes sejam realmente sancionados. Agora, agrava-se, mas tem-se que assegurar que o Estado e as suas instituições de punição funcionem efectivamente. Isto é uma grande área de reforma que tem que ser feita, tem que ser pensada e tem-se que assegurar que os cidadãos consigam, através de um funcionamento eficaz das instituições, que a sua segurança esteja assegurada.

Portanto, é para dizer claramente que estamos de acordo com o projecto de lei. A necessidade talvez de agravação seja uma forma de dissuadir os prevaricadores, mas há necessidade premente de as instituições funcionarem. Esse aspecto da eficácia do funcionamento das instituições não vimos aqui como preocupação neste projecto de lei. Gostaríamos, nalgum ponto, que essa preocupação fosse acolhida. Talvez não seja bem no fórum do Direito Penal, do Código Penal, mas talvez num fórum mais formal do procedimento penal, a questão devia ser, em qualquer ponto, acolhida.

Tudo isto remete-nos para um aspecto que está no relatório que o Deputado Arlindo acabou de ler, que é a natureza social deste projecto. Essa natureza social naturalmente que será um factor adicional para a segurança de todos cidadãos e para estabilidade social deste país. Nós não podemos deixar de ver essa preocupação, e aí não sei como é que os debates se desenrolam na 1.ª Comissão à volta disso, porque parece-me que era um debate também para dar um parecer sobre a aprovação na generalidade, deve ser um debate *soft*, como dizem os ingleses. Espero que na especialidade se desça mesmo à especialidade, à profundidade disto, que se leve o tempo que levar, para saber se o Código Penal que nós temos se ajusta efectivamente à configuração da nossa sociedade, ou se é um Código que foi mais importado do que forjado a partir da base para cima. É preciso saber se temos um código protector da nossa sociedade e dos nossos cidadãos, particularmente dos mais vulneráveis, como sendo as crianças, os adolescentes, etc., etc.

No elencar dos diplomas que estão submetidos a esta sessão plenária, nós temos o Projecto de Lei n.º 26 que vem seguido do Projecto de Lei n.º 27. Nós estamos agora a discutir o Projecto Lei n.º 26 e vamos entrar depois para o Projecto de Lei n.º 27. Curiosamente, nos dois projectos de lei, iremos lidar com questões de natureza penal. Agora, para não dispersarmos as sinergias, para sermos o mais coerentes e assegurarmos o espírito de coordenação do conjunto, talvez fosse melhor que se aglutinasse o projecto 27 no 26, para dar a finalidade penal de punição aos casos de furto também que se vêm agravando nas parcelas agrícolas, creio ser assim que se chama. Esse fenómeno tem sido um fenómeno de desigualdades e de injustiças muito forte, porque há quem trabalhe e não tira o fruto do seu trabalho, porque há terceiros que se vêm apoderar daquilo que o seu esforço lhe permitiu produzir. Falo tanto no campo agrícola, no campo hortícola como no campo da produção animal, portanto, na área da pecuária. Há muita injustiça também que prevalece nesse campo, há muita insuficiência das instituições de repressão e de punição penal nesses aspectos, há muita incongruência entre as decisões de justiça e execução de penas. Portanto, é um universo de problemas que tem que ser devidamente equacionado e discutido, para se ter um país nem que seja um pouco mais harmonioso daquilo que é hoje.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, de facto o País assiste, com alguma preocupação, ao que nós podemos considerar até de flagelo, a questão do abuso sexual de menores. Se nada for feito, estaremos a hipotecar o futuro de uma Nação, pelo que, em primeiro lugar, nós anuímos a esta iniciativa. Em segundo, uma vez que os outros intervenientes já dissearam aqui argumentos válidos concernentes à sustentação deste projecto, venho eu aqui também para enfatizar um aspecto importante que me preocupa, que tem a ver com a segurança ou a protecção dos denunciante. Nós sabemos que, na nossa sociedade, os prevaricadores, como outros aqui já disseram, não se trata apenas de um simples cidadão comum, há relatos, não estou a acusar nem afirmar, de pessoas que exercem as funções de relevo no País também com esses comportamentos. Quando assim acontece e as pessoas, tratando-se de um bem público, nesta perspectiva, o que é que vai acontecer com este denunciante? Estou a falar de pessoas como ministros, deputados, juizes, militares, altas chefias militares, altas chefias da polícia, etc., etc. Portanto, uma dessas figuras cometendo um crime desse, qual seria o aspecto da protecção do denunciante? Isto é uma preocupação, mas alguma coisa tem que ser feita da parte da Casa Parlamentar, dos Deputados, esse é o primeiro passo, mas é necessário chamar atenção e anuir a todas outras intervenções anteriores de que é necessário que cada instituição faça o seu papel.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel do Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Técnicos e povo de São Tomé e Príncipe que, com certeza, está a nos escutar.

Quanto à última intervenção, também venho para reforçar este ponto dos denunciante, mas especificamente falar dos médicos que fazem os exames, que às vezes são chamados ao Tribunal. Aí dizem-lhes para se sentarem, às vezes, ao lado dos prevaricadores e acabam por estar sem qualquer protecção. Já chegou a haver caso de agressão a uma médica que fez o exame e apurou a veracidade de que o senhor teria violado a criança.

É um conjunto de situações que precisamos chamar os sociólogos do País para fazerem um estudo, antes de fecharmos este processo. Temos questões culturais que podem imperar ou dificultar o processo. A relação entre os pais e as crianças, por exemplo, a situação do mundo globalizado, em que as crianças navegam na internet. Quando chegam à casa, os pais não perguntam aos filhos as origens dos telemóveis e de outros equipamentos tecnológicos que levam para casa. É um trabalho que deve ser feito a nível da Educação, com os sociólogos e com pessoas de áreas afins, para ajudarem a disseminar isso, porque só a lei penalizar, não vai resultar.

Como disse aqui o Sr. Deputado, por si só a lei pode não ajudar. Como disse aqui e muito bem o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do ADI, às vezes, há juizes neste processo, há altos dirigentes das Forças Armadas, da Polícia, Deputados nisso. Depois, como é que vamos tratar disso? Já aconteceu casos de esconderem o processo e subornar pessoas. Por isso, eu venho apelar que possamos chamar várias

individualidades, incluindo os sociólogos, para estudos, para sabermos como podemos melhorar a situação de implementação somente de casos de penas. Para mais, quem comete o erro deve pagar, mas nós conhecemos outra realidade aqui no nosso país. Quando entra um governo, sai outro, há isso de ajuda, porque aquele fulano, sicrano, beltrano que violou a Gigumbinha é bom na campanha lá na zona X, temos que arranjar uma forma de retirá-lo. Temos que estar todos atentos a isso, para que quem comete um erro possa pagar por ele.

Já agora, fica o apelo, Sras. e Srs. Deputados, a forma como também abordam as menininhas na estrada, muita atenção. Procuremos ter melhor forma de abordar as pessoas, sobretudo as menininhas, parar e descer o vidro de carro, chamar para dar isso ou aquilo. Alguns Srs. Deputados têm esse hábito, comecemos pela nossa Casa, tomando posição.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Maiquel.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, para fazer réplica.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, é uma intervenção muito rápida sobre o assunto, para dizer que nós da 1.^a Comissão estamos não só preocupados com a situação, mas atentos, para que na discussão na especialidade possamos fazer esse trabalho com alguma acessória técnica também. Logo, indo de acordo com aquilo que dizia o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, nós iremos convidar magistrados do Ministério Público, principalmente aqueles que são detentores da acção penal, para na discussão estarem presentes também, sobretudo nessa questão da moldura penal, alteração da moldura, transformação em crime público. Esperamos contar com a presença de algum magistrado ou alguma magistrada do Ministério Público, principalmente aqueles e aquelas que vêm trabalhando conhecidamente sobre toda essa questão, como consultores da UNICEF, do PNUD e não só.

Por isso, já abordamos uma magistrada que esteve cá na Casa Parlamentar e quando chegar o momento aviso já então o Sr. Presidente da 1.^a Comissão, para nós convidarmos o Ministério Público, para se fazer representar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, nós estamos a tratar realmente de um assunto preocupante para a nossa sociedade. Estamos a abordar mais a questão da aplicação da norma, não estamos a olhar para outra parte, que são as condições que também permitem a aplicação dessas normas. Eu falo concretamente, por exemplo, da Região Autónoma do Príncipe, onde há mais de 1 ano não há magistrados. Podemos ter as normas aprovadas, mas não temos magistrados, não temos nenhuma instituição prisional.

Há casos de violência doméstica, violência sexual de menores, que os infractores são abordados, depois de 24 horas estão à solta, porque não há condições criadas para realmente corrigir os erros, ou seja, aplicação dessas normas.

Daí que o Governo, que acho que está a escutar-nos, tem que tratar de criar essas condições. O Comando da Polícia Regional, sinceramente, é preocupante o estado em que se encontra, até desumano, as condições de trabalho em que eles estão submetidos e são obrigados, muitas vezes, a conviver com os infractores, porque não há condições. Chegam até ao ponto de dormir na mesma cama com os criminosos.

Uma voz: — Ai é!

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Logo, temos que olhar também para esta parte. Não há um espaço para poder acolher as crianças que foram violadas, para as proteger, como é que vão tomar essas medidas?

Portanto, deve criar-se todas as condições físicas, infra-estruturais, para que o poder judicial também tenha condições para aplicabilidade dessas normas e as pessoas serem encarceradas também com alguma dignidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, primeiramente é no sentido de agradecer as Sras. e os Srs. Deputados, pelas contribuições.

Sentimo-nos particularmente felizes e honrados pelo acolhimento que esta iniciativa teve por parte das Sras. e dos Srs. Deputados. Neste percurso, entendemos que nós, a Casa Parlamentar, estamos a fazer a

nossa parte, vamos continuar outras acções e caberá, sim, tal como já foi dito aqui, a outras instituições fazer também a sua parte.

É preciso que o poder judiciário actue com aquela firmeza que a sociedade exige, porque, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, São Tomé e Príncipe não pode continuar neste sentido. Nós não podemos continuar a ter crianças molestadas. O pior é que logo de manhã cedo a gente acaba ouvindo na Rádio Nacional essas notícias e o dia começa mal, começa com uma angústia, começa com uma revolta. Ainda hoje eu ouvia o caso do avô por afinidade que abusou numa neta e, segundo o pai da criança, o abusador ainda foi protegido pela mulher, que é avó da criança, caso para dizer, onde é que nós vamos parar? É uma preocupação de fundo.

O Grupo Parlamentar da Coligação sente-se honrando pela contribuição das Sras. e dos Srs. Deputados, estamos certos de que com acções deste tipo nós vamos colocando sempre uma pedra na identificação deste São Tomé e Príncipe por nós todos desejado.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação/PCD/MDFM-UDD. Não havendo mais inscritos, vamos submeter o projecto de lei à votação, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 49 votos a favor.

Está aprovado o projecto de lei na generalidade, vai ser submetido à apreciação da 1.^a Comissão, para a sua análise e discussão na especialidade.

Passemos de imediato ao terceiro ponto da ordem do dia, discussão, na generalidade, do Projecto de Lei n.º 27/XI/4.ª/2020, Lei contra Furto nas Parcelas Agrícolas. Portanto, também proposta da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Não vou alongar muito, mas primeiramente gostava de dizer que esta iniciativa nasceu de encontros que nós fomos tendo com várias associações de pequenos agricultores, com vários agricultores pelo País a fora e todos têm uma preocupação de fundo, vivem um momento de desmotivação muito séria em termos da prática agrícola, outros ao ponto de dizer que só não abandonaram a terra, porque não têm outra fonte de receita. Qual é o problema? É justamente o roubo, o furto, na parcelas agrícolas.

Quem tem um pouco de experiência, em termos de relação com a terra, sabe o quanto é difícil trabalhar a terra. As pessoas trabalham a terra, as pessoas investem na sua produção, em termos da própria pecuária, o que acontece é que as pessoas, como dizem na Rádio Nacional, «o amigo do alheio» é que se apodera da produção e do resultado desse trabalho.

Alguns justificam que se trata de roubo de uma pinha de banana e de duas pinhas. É justamente esta prática que nós temos que encontrar uma forma de travar ou penalizar, porque de uma a uma vai-se fazendo muito, a desmotivação vai se acentuando e nós entendemos que isto não é bom, isto não estimula, isto não motiva o agricultor.

Então, do nosso lado, do encontro que nós fomos tendo com as várias associações, com os vários agricultores, eles todos pediram: «façam alguma coisa no sentido de nos ajudar». Daí que nós estamos, hoje, a submeter à apreciação de Vossa Excelência este projecto de lei, que vai responder ao apelo dos agricultores, um apelo daqueles que nós temos a missão de representar. Esperemos que ela seja igualmente bem acolhida por Vossa Excelência, para que nós, a Assembleia Nacional, possamos mais uma vez dar um sinal à sociedade de que nós estamos atentos e ouvimos os seus lamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Alguma reacção, antes da leitura do parecer?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, de facto, nós estamos a olhar o País com olhos de ver. Quando aqui dissemos que o roubo, o furto, a violência e tudo aumenta, algumas pessoas interpretaram mal a nossa mensagem, como que sendo uma questão de crime. Sim, de facto, vem de muito tempo, mas tende a recrudescer.

É penoso ver as pessoas que investem todo seu suor, do pouco investimento e da pouca poupança na terra, mas não só na terra, há a questão também, como disse o Líder Parlamentar da Coligação, quando discutíamos outro diploma, dos criadores de animais, estamos a falar da pecuária e não só. É necessário, sim, olharmos as instituições do Estado e pôr cobro a isto.

À semelhança também de aquilo que vimos da violência doméstica ou abuso sexual de menor, esse é um aspecto que a Casa Parlamentar tem uma vontade, mas as outras instituições têm que fazer o seu papel. É o que não está acontecer. Estamos a falar do furto. É uma tipologia de crime que tem cabimento no

Código Penal e para esses furtos ou roubos há a questão do agravamento da pena. É também a nossa opinião que pudesse ter algum enquadramento na própria revisão do Código Penal, porque os juízes, naquilo que é matéria processual ou na aplicação da pena, vão cingir-se ao Código Penal. Por isso, numa primeira abordagem, seria bom que fosse encontrado um espaço nesses agravamentos ou nessas penas, no Código Penal.

Essa é a primeira abordagem, essa é a primeira interpretação que nós temos quanto a este diploma. Se não vejamos: haverá necessidade também, como outros tipos de crimes ou de furtos, assaltos a viaturas também tende a crescer, assaltos às residências, às instituições do Estado. Será que nós íamos fazer uma lei ou leis avulsas para cada tipo de furto ou cada tipo de assalto? Não será que nós podíamos ver que há uma tipologia de crime, que é furto, e depois ver no Código Penal, na medida do possível, como é o seu enquadramento e aplicação da pena?

Esta é a dúvida que eu coloco aos proponentes.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Julgo ser uma proposta com alguma sustentabilidade, mas caberá ao proponente analisar. A ideia, se eu percebi, se houver consenso, portanto, é que aquando da revisão do Código Penal, introduzir a moldura penal para casos de furtos. Agravar, neste caso, e retirar essa proposta, para não ser uma iniciativa apenas para caso de furtos de parcelas de terras. Acho que é razoável! Se for este o consenso, a 1.ª Comissão ficará com a incumbência de encontrar um enquadramento, no Código Penal, para este caso, mas caberá ao proponente anuir à proposta ou rejeitá-la.

Mais intervenções?

Uma voz: — Vai-se retirar?

O Sr. **Presidente**: — Não. Se se vai retirar, é antes do parecer.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, é verdade que me senti um pouco ultrapassado pela última intervenção, mas para dizer que comungo também com essa reflexão. Aliás, eu vinha falando com o colega Deputado ao meu lado e de que se é que eu me apercebi? Está-se a criar um tipo de crime, porque no Código Penal os crimes estão tipificados e não existe crime de furto das parcelas agrícolas. Parece-me que a ideia é criar um tipo de crime, mas o que está subjacente, penso eu, o proponente depois poderá desenvolver isso melhor, é querer resolver o problema numa área sensível da nossa economia e que tem criado muitos problemas a famílias de baixa renda, do sector primário, que se vêem desmotivados por causa do roubo e do furto nas parcelas e dos animais que criam.

O que se deve fazer é atacar a questão do furto qualificado e outros tipos que já estão no Código Penal. Porquê? Porque a economia é regida pelos três sectores: o sector primário, secundário e terciário. Logo, há roubos e furtos também no empresário, no comerciante, que também está a aumentar, como já foi dito. No fundo, não podemos ver só a questão do agricultor. Percebo o que está aqui, porque se chora mais lá, mas o crime está a aumentar, todo tipo de crimes e de todas as formas. O que é preciso é endurecer, como nós falamos de endurecer a pena do crime de violação de menores.

Por isso, concordo que talvez pudéssemos analisar a questão na especialidade, ou retirar e ver toda a questão quanto ao crime de furto, e não criar um tipo crime para o sector de agricultura e da pecuária.

É o que gostaria de acrescentar, quanto à esta proposta, mas é pertinente, porque todos os sectores contribuem para a diminuição o desenvolvimento da nossa economia, e todos os sectores saem lesados com esse fenómeno de furto e roubo que vai aumentando.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Presidente, a minha dúvida é que o Código Penal não tem lei de roubo de animais e de agricultura. Eu não sei como é que nós podemos encarar isso. Temos que procurar uma forma de encarar isso a sério, porque muita massa cinzenta está deixar da sua parcela, está deixar da sua lavra, principalmente, devido ao roubo de animais. Agora o vandalismo abate tudo, até animais prenhes. Por quê que nós temos problemas no nosso mercado? Nós temos problemas no nosso mercado, porque nós estamos a brincar com coisas sérias. Os Tribunais têm razão, porque no Código não existe roubo na parcela. Nós temos que legislar isso, já em breve, para que a justiça possa tomar conta dessas pessoas. Assim, vamos ajudar a justiça a acabar com essa situação.

O senhor vai para o mercado agora, o produto local está caro. Toda gente diz que produto local está caríssimo, porquê? Porque os agricultores, que se sacrificam dia a dia, agricultura é um trabalho de esforço,

não conseguem disfrutar. Neste segundo semestre, com essa falha de compra do cacau, muita gente conseguiu disfrutar na sua parcela. O Governo tem que pôr as mãos, porque o produto não pode ser comprado todos os dias, meus senhores! O Governo tem que tomar medidas, as compras de produtos devem ter dias estipulados, para cada um conseguir organizar a sua terra. Agora, nós vamos comprar todos os dias e cada vez mais o roubo está a aumentar. Agora estão a assaltar animais e casas. O produto diminuiu, agora estão também a assaltar os carros, as casas e a abater os animais prenhes, vendendo-os no mercado. Nós não podemos conviver com essa situação!

Sr. Presidente, todo povo de São Tomé e Príncipe, com este projecto de lei, tudo que nós discutimos aqui, hoje, eu vi mudança em todos os Deputados, porque isso fica mal para todos nós.

Essa crise económica, causada pela pandemia da Covid-19, se nós não nos organizarmos, para aumentarmos a produção e a produtividade, meus senhores, nós estamos acabados, porque nós não sabemos o que poderá advir. Muitas vezes, a Covid-19 pode aumentar de uma tal forma que o produto importado pode deixar de vir ou poderá vir, mas em pouca quantidade. Temos que garantir o nosso produto interno. Quanto mais consumirmos o nosso produto interno, será mais saúde para o povo são-tomense.

Eu não tenho muita primavera, mas tenho um bom bocado, sinto-me mais ou menos, porque eu vivo mais do produto nacional. É difícil qualquer jovem competir comigo. Estou a dizer-vos! As ladeiras que eu subo e desço, jovens para competir comigo têm que ser aqueles habituados.

Se não consumirmos o nosso produto, aumentando a produção e a produtividade, não estaremos a adiantar nada! Deixamos de consumir os nossos produtos, para passar a consumir produtos importados. O que é que estamos a fazer? Alguém vai ao hospital hoje fazer uma consulta, será consultada por um médico e não paga nada, tem uma cama, colchão, pequeno-almoço, almoço, jantar, segurança, enfermeira, técnicos, médicos e medicamentos! Eu pergunto, se não contribuirmos, o que será de nós? Do conhecimento que tenho dos outros países, não estamos bem, mas vamos chamar a Deus para que as coisas melhorem. Quem tem condições aqui para assumir o custo com a saúde? Ninguém! Desde o Presidente da República até a sociedade civil! A saúde é muita cara, mas, nesse momento, está-se a minimizar a situação. Não estamos bem, sei que o povo são-tomense não está bem, mas se nós nos organizarmos, poderemos encontrar melhores dias.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar os proponentes pela iniciativa. De facto, esta questão de roubo nas parcelas tem sido um cancro, desmotiva muito as pessoas que trabalham, porque quem nada faz vai roubar. Mas eu também concordo com os Deputados que aqui disseram que não se pode concentrar só no roubo das parcelas. De facto, todo roubo é roubo, todo furto é furto. É necessário que se tome medidas de uma forma geral. Também aqui houve Deputados que disseram, e com alguma razão, que fica em causa também os aplicadores dessa medida.

Por quê que muita gente reclama? Por quê que muitos agricultores e cidadãos normais reclamam? Apanham o ladrão, vão à Polícia, ao Ministério Público e depois, no dia seguinte, está solto, e acabou. O maior problema é este e isto tem que ser combatido.

Neste momento, no Código Penal, existe sanção para esse tipo de infracção. Podemos e devemos agravar, mas os aplicadores também têm que aplicar. Porque as pessoas já começam a ficar desanimadas. Está-se nessa questão de facto de pandemia, o mundo está como está, e nós, com a ajuda de Deus, felizmente, estamos a conseguir controlar. A nossa situação não é assim tão grave como nos outros países, ainda temos uma margem para trabalhar. Os agricultores, as pessoas que têm roças devem empenhar-se neste trabalho, mas há que se tomar medidas também para que não se desmotivem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, não gostaria de ser repetitiva, mas é para dizer que de facto este acto de roubo não tem sido só nas parcelas agrícolas. A cada dia tem vindo a aumentar de uma forma alarmante e os praticadores desse acto são chamados, vão à justiça, no dia seguinte estão libertos e continuam.

Este projecto de lei é bastante pertinente. Vejam só: ao falarmos da segurança alimentar, estamos a falar da qualidade e quantidade. A segurança alimentar não é só a quantidade, é também a qualidade dos produtos que consumimos. Muitas vezes vamos ao mercado fazer compras de produtos hortícolas e outros, às vezes os mesmos tiveram aplicação de produtos químicos, um dia antes e no dia seguinte já está no mercado. Estamos a consumir produtos com qualidade? Caras e Caros Colegas Deputados, não estamos! Estamos a consumir produtos de risco, que sofreram aplicação dos fertilizantes e não ficaram o tempo suficiente, no terreno ou no solo, ou na parcela de terra. Estou a dizer por experiência própria. Por isso, esta lei é pertinente. Claro que não podemos fazer isto de uma forma separada, porque os comerciantes, as casas privadas têm sofrido assaltos, no entanto, vamos acelerar, porque o assunto é sério.

Alguém que vai ao mercado e compra um tomate que sofreu a fertilização, dois ou três dias o tomate já está a apodrecer. Por quê? Porque ele não teve tempo suficiente para absorver o produto químico que foi aplicado. Nós estamos a correr riscos!

Portanto, é só para dizer que é necessário vermos bem e acelerarmos essa questão, para a análise na especialidade deste projecto de lei. Temos que pensar na situação alimentar pós-Covid19, porque não sabemos como é que as coisas vão desenrolar-se no nosso país, para não estarmos aqui a consumir produtos que nem devemos e que não são inspeccionados no mercado. Não são, porque não há quem os possa inspeccionar!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, mais um contributo muito rápido.

De facto, esta é uma questão para vermos também, quando nós tivermos que discutir na especialidade. Caso avance, vai requerer algum debate e também alguma assessoria para a Comissão.

Os juristas vão acompanhar-me mais facilmente, porque no Direito Penal existe o chamado bem jurídico, que é valorado e a pena tem a ver com esse bem que é protegido. As pessoas não sabem, ficam a dizer que os magistrados deixa fora, os roubam banana não ficam presos, etc. É que se vai valorar uma pinha de banana. Uma pinha de banana, no mercado, hoje, custa 150 a 200 dobras. Mesmo que o delinquente já vinha furtando várias vezes na parcela de terra, é preciso, primeiro, provar que ele é que furtou toda aquela banana que se roubou, mas normalmente ele é apanhado com uma ou duas pinhas de banana ou um saco de banana. É esse bem que é a prova do crime e o mesmo que o magistrado vai valorar para o condenar. E são 100 dobras. Então, é essa questão de se pôr alguém na cadeia 2 anos por causa de uma pinha de banana. Há essa questão técnica também que é preciso ter em conta.

Um colega dizia: «então devemos condenar o acto de roubar, independentemente do bem roubado. Atacar o acto.» O acto de roubar tem x pena, tem 2 ou 3 anos de cadeia, depois é que se vai graduar o bem jurídico roubado roubou. Por isso, depende, de facto, do que legislador quer.

Eu só trago essa discussão para que as pessoas que não percebem e ficam a dizer: «então rouba, mas está cá na rua?!» Ele roubou uma galinha. Quanto vale uma galinha? O Juiz vai fazer as contas, por isso é que pergunta, qual é o valor do seu salário, tudo isso é para ele saber, quando tiver que aplicar a pena, que pena aplicar, quer na sua condição financeira e material que a pessoa tem para pagar o crime, quer o bem que roubou.

Por isso, é muita discussão que, se a iniciativa avançar, iremos ter na especialidade.

Mais uma vez, convidamos os magistrados, também para nos ajudar nisso. Além de estarem especificamente a trabalhar todos os dias nisso, têm experiência de vários casos. Também são são-tomenses como nós, sabem qual é a dificuldade processual que enfrentam nessa matéria. Por quê que não se está a condenar mais? Eles vão dizer-nos, temos dificuldades de condenar as pessoas, porque isto, aquilo, para vermos o que podemos alterar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, caberá ao proponente analisar.

Portanto, há aí duas propostas, esta última, se calhar, seria a lei contra furto e não uma lei específica contra furto nas parcelas de terra, mas caberá ao Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, enquanto representante dos proponentes, pronunciar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu agradeço imenso pelas diversas contribuições. No entanto, estamos diante de uma realidade específica. Quando se fala da questão de furto nas parcelas agrícolas, para além de outros aspectos que foram aqui devidamente apresentados pelos Deputados, e um agradecimento especial à Deputada Alda Ramos, pela partilha da sua experiência nesta matéria, temos que ter em conta o seguinte: é que no Código Penal existem modalidades para punir outros tipos de roubos e de furtos, mas a questão da agricultura, pelo papel que joga para o nosso próprio país, para a segurança alimentar, para a segurança em termos de sobrevivência dos próprios agricultores, clama por uma iniciativa, por uma decisão própria, que seja voltada a esse aspecto. Tenho algum receio, honestamente, em termos das ideias de retirarmos a iniciativa, para depois irmos lá ver no Código Penal como acertar e como fazer, porque a experiência já nos ensina que tal não acontece. Para este caso em particular, Srs. Srs. Deputados, acho que deveríamos dar essa atenção e gostava de frisar aqui um aspecto. Trata-se de uma iniciativa da Coligação, mas em resposta ao pedido dos diversos agricultores deste país. Eles é que vivem isso no seu dia-a-dia e estão a viver uma situação de frustração pela inexistência dessa lei.

Por isso, nós entendemos, sim, continuar com a iniciativa e submetê-la à apreciação dos Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, nesta senda, vamos convidar o Presidente da 1.^a Comissão ou a quem este indicar para fazer a leitura do parecer, ficando desde já com a proposta sugerida pelo Vice-

Presidente, Levy Nazaré, para que, aquando da sua discussão na especialidade haja especialistas ligados à matéria, para assessorar a Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Menezes.

O Sr. **Jaime Menezes** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. Srs. Deputados, boa tarde.

Passo à leitura do «Parecer da 1.ª Comissão sobre o Projecto de Lei n.º 27/XI/4.ª/2020 – Contra o Furto nas Parcelas Agrícolas.

1. Introdução.

Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à 1.ª Comissão Especializada Permanente, para análise e parecer, o Projecto de Lei contra Furtos nas Parcelas Agrícolas.

A 1.ª Comissão reuniu-se no dia 5 de Outubro do corrente ano para, dentre outros pontos, proceder à apreciação do referido documento e indigitar o respectivo relator.

2. Aspecto jurídico-legal.

A presente iniciativa é exercida nos termos dos artigos 136.º e 142.º do Regimento da Assembleia Nacional.

3. Apresentação.

O presente parecer incide sobre o Projecto de Lei n.º 27/XI/4.ª/2020 – Projecto de Lei contra Furtos nas Parcelas Agrícolas, apresentado pelo Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

4. Da análise em concreto.

O Projecto de Lei n.º 27/XI/4.ª/2020 – Contra Furtos nas Parcelas Agrícolas vem colmatar um vazio, estimulando a actividade agrícola, bem como a actividade pecuária, protegendo os proprietários dos actos que prejudicam as mesmas.

Os proprietários ou responsáveis das terras e dos criadores de animais depositam neste projecto de lei toda a esperança em ver finalmente protegidos os seus trabalhos.

5. Conclusão e recomendação.

Assim, recomenda-se que seja submetido ao Plenário, para os devidos efeitos, o Projecto de Lei contra Furtos nas Parcelas Agrícolas.

Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, São Tomé, 28 de Outubro de 2020.

O Presidente, Raúl Cardoso.

O Relator, Danilo Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, senhor relator substituto, pelos vistos.

Feita a apresentação do parecer, vimos que a Comissão recomenda a sua análise e apreciação na generalidade.

Mais alguma intervenção? Nós esgotamos a primeira ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, julgo que nesta Sala não há nenhum Deputado a favor de furto nas parcelas, todos nós estamos contra. Estamos imbuídos de vontades, para poder ajudar a corrigir, através do nosso exercício, este tipo de coisas. Mas o que queremos realmente é que coloquemos à disposição dos magistrados normas com que eles realmente possam trabalhar, aplicar e realmente corrigir esse mal. Nesta ordem de ideias, temos vindo a reflectir sobre isto de várias formas, para que o infractor não fique sem a devida punição. Tenho sérias dúvidas de que, se não for muito bem pensada e analisada, mesmo que a lei passe na Comissão, ainda assim, os magistrados terão muitas dificuldades na sua aplicação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, penso que as duas leis vão estar a na 1.ª Comissão. Quer a lei que Altera o Código Penal, quer a lei contra furto nas parcelas agrícolas. Portanto, caberá à Comissão combinar aquilo que é agravamento de penas no Código Penal, relativamente à questão de furtos nas parcelas de terra e outros furtos também. Não podemos fixar apenas nas parcelas de terra.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, quero enviar uma mensagem ao povo de São Tomé e Príncipe, desde o Presidente da República até a sociedade civil. Nós, os Deputados, temos que mudar o nosso paradigma social, cultural e económico! Vamos tomar essa medida a sério! Se estamos a proceder a essa lei de forma séria, vamos preparar uma comunidade. Quem tem problema de furto não pode ir à cadeia central. Vai à comunidade trabalhar, plantar mandioca, banana pão, para aumentar a produção, porque temos custos com os hospitais! Estou a dizer-vos, este país não é para brincadeira! Meus senhores, se eu for dirigente deste país, não me interessa entrar hoje e sair amanhã, mas esse povo manda-me chamar outra vez! O País tem que ter continuidade, Sr. Presidente! Por amor de Deus! Não

podemos ter um país em que o povo passe fome! Há pessoas que não têm dinheiro para comprar produtos locais, porque está muito caro e porque as pessoas estão a abandonar as suas parcelas.

Meus senhores, vamos levar isso avante! Estou a dizer aos senhores, vamos levar isso avante! Vamos levar isso avante, para encontrarmos melhores dias em São Tomé e Príncipe!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI, Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, longe de mim querer eternizar o debate, mas fico com a sensação plena de que estamos com alguma perspectiva diferente. Primeiro, há uma unanimidade, há um consenso de que algo tem que ser feito para travar os furtos e roubos nas parcelas de todos aqueles que labutam, não só na terra como na criação de animais. Alguma coisa tem que ser feita para os proteger, mas também temos que encontrar uma forma mais correta. Como disseram outros colegas Deputados, proporcionar aqueles que vão ditar a lei um instrumento para que possam, na base disso, agir. É aqui que estou a indagar, eu não estou a pôr em causa a pertinência, porque é da lei ou da intenção, mas o caminho mais correcto para podermos proporcionar este instrumento.

E voltando à questão anterior, para não me esquecer, o Grupo Parlamentar do ADI está a favor de que a Assembleia Nacional legisle e confira ao País e ao Estado mecanismos para que possa pôr cobro à questão de roubo ou furto, quer nas parcelas quer noutros sectores. Mas o que estamos aqui a reflectir e debater é, qual é o melhor mecanismo? É através de uma lei específica ou através da revisão de uma alteração ao Código Penal? É este debate que tem que acontecer entre nós, os Deputados. Estamos todos de acordo para proporcionarmos o melhor.

Penso que nesse aspecto ainda não está clarificado, Sr. Presidente. É isso que eu volto ainda a colocar em cima da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que já tínhamos encontrado um meio-termo. A ideia inicial de retirar, viu-se que não é o caso. Portanto, como os dois projectos vão estar na 1.ª Comissão, o Vice-Presidente, Levy Nazaré, sugeriu, quer para a questão do Código Penal, quer para a proposta que agora estamos a analisar, que sejam chamados especialistas, quer magistrados, quer pessoas que lidam também com esta matéria no dia-a-dia, para termos uma lei com alguma coerência. Não é ter uma lei por ter e que seja uma lei que a sua aplicação em termos da nossa expectativa seja zero. Não é isso que nós pretendemos.

Portanto, se eternizarmos o debate com tira não tira, vamos ficar muito mais tempo aqui, mas caberá aos Srs. Deputados decidirem.

Há mais inscritos?

O Sr. **Secretário** (Eláccio da Marta): — A Sra. Deputada Maria das Neves.

O Sr. **Presidente**: — Temos mais dois. Portanto, vamos passar a palavra à Sra. Deputada Maria das Neves e, em seguida, ao Sr. Deputado Arlindo Ramos.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu não vou repetir o que já muita gente disse sobre a necessidade de se legislar sobre essa questão de roubo. Não há dúvida, o que se constata hoje é que as pessoas sacrificam-se muito. Há zonas em que nem sequer há água. Os agricultores vão à procura de água para regar as suas plantas, e não conseguem colher nada. Quem diz o roubo na agricultura, diz também nas outras situações, que aqui já foi dito.

Se no Código Penal está salvaguardada a questão de furto, não se fala nada sobre a questão de roubo nas parcelas.

Por isso, eu julgo que a questão não estará muito na lei. Quando fazemos a lei, precisamos depois saber como implementá-la, para que ela possa surtir efeito. O que eu gostava de sugerir é que essa lei, ao ser aprovada, primeiro, que ela fosse uma lei específica, está no Código Penal, mas que crime de roubo nas parcelas fosse um crime público. Um crime público significa o quê? Que as pessoas têm que se apropriar dessa lei. Uma vez feita, devia-se disseminá-la por todo o País. Levar para os pequenos agricultores, dizendo que agora têm uma lei que os protege do roubo, que protege a sua parcela e que têm que denunciar. Porque muitas vezes é o medo de as pessoas denunciarem o crime. Vêem o ladrão, porque não está numa parcela determinada, não denunciam.

Encontrar o sistema do tipo da Lei sobre a Violência Doméstica, em que há um contacto, SOS, que a pessoa pode ligar e dizer que alguém está na área a roubar. As autoridades locais poderão tomar providência em relação a isso. O quê que isso vai permitir? O envolvimento de toda a gente na fiscalização do roubo e pode ajudar muito a minimizar a situação de roubo.

Se fizermos a lei e deixarmos aqui no papel, como muitas outras leis, ela não terá o efeito que se espera. Mas fazendo com que toda a gente se envolva nisso, para que se possa denunciar e as pessoas que roubam serem exemplarmente responsabilizadas, julgo que poderá driblar a situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, não quero repetir tudo o que já se disse, mas gostaria de chamar atenção para o trabalho que já fizemos em relação à violência doméstica e a violação de menores.

Recorremos ao Código Penal para agravar as penas sobre esses aspectos, daí que notamos a importância que se quer dar ao roubo nas parcelas parece ser maior do que a importância que demos a violação de menores e à violência doméstica. Se recorrermos ao Código Penal para alterar o que já está lá tipificado como crime e estamos a aprovar uma lei especial que vai estabelecer penas para furtos, o que também já está no Código Penal, acho que a sugestão razoável é tentarmos enquadrar esta questão no próprio Código Penal.

Aquilo que o Sr. Presidente diz, não sei se será possível aprovar um projecto de lei na generalidade, depois mandar para as comissões, para a especialidade. O mesmo projecto tem que vir como projecto de lei, aprovado na especialidade, para a plenária. Não pode ficar por lá. Não se pode anular o projecto, introduzir no Código Penal e não vir o projecto. Não. O mesmo projecto tem que vir à plenária para ser votado, porque já foi aprovado na generalidade como lei e deve regressar à plenária para ser votado.

Por isso, acho que seria bom encontrarmos aqui um meio termo ou um bom senso, para que realmente procedamos à alteração do Código Penal e introduzirmos esse aspecto de furto e roubo nas parcelas.

O Sr. **Presidente**: — Acho que não é o caso. Na especialidade também chumba, e não só, pode-se fazer aquilo que temos. Há uma Lei de Violência Doméstica. O que estamos a fazer no Código Penal é agravar a pena para quem cometer este tipo de crime.

O que estamos aqui a sugerir, se for aprovado na generalidade, caberá à 1.^a Comissão fazer uma simbiose, ou seja, analisar a alteração que se está a fazer no Código Penal, vendo já a questão de pena para quem cometer o crime de furto nas parcelas de terra. São coisas diferentes.

O relatório final da 1.^a Comissão, que vier para a aprovação na sua versão final global, vai ser analisado pelo Plenário, que decidirá.

Há mais alguma intervenção?

Não é o caso, vamos submeter à votação na generalidade. Se for aprovado, o processo será submetido à apreciação da 1.^a Comissão.

Submetido à votação, foi aprovado, com 44 votos a favor e 2 abstenções.

Passemos de imediato ao quarto ponto da ordem do dia, discussão e votação final global da Proposta de Resolução n.º 11/XI/3.ª/2020, que Regula a Venda e o Porte de Armas Brancas e Substâncias de Riscos na Via Pública.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, passo à leitura do «Relatório da discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 11/XI/3.ª/2020 – Regula a Venda e o Porte de Armas Brancas e Substâncias de Riscos na Via Pública.

1. Introdução.

Nos dias 27 e 31 de Agosto, 3 e 14 de Setembro e 2 de Outubro do corrente ano, a 1.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 11/XI/3.ª/2020 – Que Regula a Venda e o Porte de Armas Brancas e Substâncias de Riscos na Via Pública.

Estiveram presentes na sessão de trabalho os seguintes Srs. Deputados: Cílcio Vera Cruz Pires dos Santos, que a presidiu, Alexandre da Conceição Guadalupe, Alda Ramos e Arlindo dos Santos, do Grupo Parlamentar do ADI, Danilo Neves dos Santos, Raúl do Espírito Santo Cardoso e Jaime de Menezes, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Na reunião do dia 2 de Outubro, estiveram presentes os Srs. Deputados Raúl Cardoso, que a presidiu, Alexandre Guadalupe, do Grupo Parlamentar do ADI, Jaime de Menezes e Hélder Joaquim, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Com o intuito de uma análise mais extensiva e minuciosa, estiveram presentes os seguintes convidados: Srs. Jorge Dias Correia, Mauro Silva, respectivamente, Presidente e Técnico da Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços; Eridson Trindade e João Pedro Cravid, Sub-Comissários do Comando-Geral da Polícia Nacional.

2. Análise da proposta de lei.

A discussão, na especialidade, da proposta em apreço resultou na apresentação de 15 propostas de eliminação, 2 de substituição, 20 de emenda e 6 de aditamento, como a seguir se indicam:

2.1. Propostas de eliminação.

Procedeu-se à nova sistematização do diploma, no qual foram eliminadas todas as epígrafes dos Capítulos e Secções:

Capítulo 1 «Disposições iniciais»;

Capítulo 2 «Da prevenção»;

Capítulo 3 «Funcionamento»;

Capítulo 4 «Disposição final».

Secção 1 do Capítulo 1 «Do objecto»;

Secção 2 do Capítulo 1 «Do conceito e classificação»;

Secção 1 do Capítulo 2 «Metodologia de prevenção»;

Secção 1 do Capítulo 3 «Pena, fiscalização e apreensão»;

Secção 2 do Capítulo 3 «Tribunal competente e dotações orçamentais»;

Eliminou-se as alíneas a), b), c), d) e e) do actual artigo 5.º.

Eliminou-se todo o antigo artigo 5.º.

a. Propostas de substituição.

Substituição da epígrafe do actual artigo 5.º pela epígrafe do antigo artigo 4.º, que passa a ter a seguinte redacção: «Política de prevenção».

Substituição do artigo 7.º pelo artigo 8.º e vice-versa, com a seguinte redacção:

Artigo 7.º. Fiscalização e apreensão.

São responsáveis pela fiscalização e apreensão de armas brancas e substâncias perigosas:

a) A Polícia Nacional;

b) A Polícia Judiciária;

c) O sector responsável pela fiscalização das actividades económicas».

Artigo 8.º. Pena e agravantes.

(...)

2. São considerados agravantes passíveis de gerar multas até cinco vezes do salário mínimo nacional da Função Pública, as seguintes infracções:

a) Insultos e resistência no acto de apreensão;

b) Transmissão de informações falsas, tanto no acto de fiscalização como no de apreensão.».

b. Propostas de emenda.

Parte do título ou da designação do diploma passa a ter a seguinte redacção: «(...) substâncias perigosas na via e instituições públicas», ao invés de «(...) substâncias de risco nas vias públicas»;

Essa emenda é extensiva aos seguintes parágrafos do preâmbulo e artigos:

Parágrafo primeiro: «(...) substâncias perigosas na via e instituições públicas (...)» ao invés de «(...) substâncias de risco nas vias públicas»;

Parágrafo quarto: «(...) substâncias perigosas» ao invés de «(...) substâncias de risco»;

Parágrafo quinto: «(...) pela via e instituições públicas.» ao invés de «(...) «pela via pública.»;

O artigo 1.º passa a ter a seguinte redacção: «(...) na via e instituições públicas (...)» ao invés de «(...) nas vias públicas»;

O n.º 1 do actual artigo 6.º passa a ter a seguinte redacção: «É proibida a circulação e/ou venda de armas brancas e substâncias perigosas, na via e instituições públicas.» ao invés de «É proibida a venda de armas brancas e substâncias perigosas, nas vias públicas do País.».

Ainda no segundo parágrafo passa a ter a seguinte redacção «(...) atentatório à integridade física (...) dos cidadãos» ao invés de «(...) atentatório à integridade física (...) dos são-tomenses.».

O artigo 2.º foi dividido em dois números resultando na seguinte redacção: «Para os efeitos desta Lei, considera-se:

1. Armas brancas os diferentes tipos de artefactos metálicos ou não, criados para fins armados, de ataque e defesa, e os criados com finalidade cívica, que podem ser usados para cortar, perfurar ou danificar com ferimentos os seres vivos.

2. Substâncias perigosas são aquelas que não causam danos físicos directos, mas que, se ingeridas ou consumidas, adulteram o funcionamento do corpo, colocando em causa a saúde e a vida humana.»

A epígrafe do artigo 3.º passa a ter a seguinte redacção: «Classificação de armas brancas»;

As alíneas a), b) e c) do actual n.º 2 do artigo 3.º passam a ter a seguinte redacção:

«a) Arco e flecha, kunai, dardos, soco-inglês e shuriken;

b) Bastão, chicote e matraca;

c) Espadas, punhal, lança e sabre.»

As alíneas a), b) e c) do actual n.º 3 do artigo 3.º passam a ter a seguinte redacção:

«a) Machim, facas, zagaia, corrente, canivete, pé-de-cabra, xizato, martelo, machado,

mareta, berbequim, pá, picareta, motosserra e enxada;

b) Bumerangue, taco de basebol, taco de golfe, guarda-chuva, leque, skate e patins;

c) Pregos, garrafas, agulhas, parafusos, gilete, lâmina, navalha, corrente para cães e chapa de zinco.»

O actual artigo 5.º passa a ter a seguinte redacção: «É da responsabilidade do Estado a adopção da política pública que visa prevenir e combater a proliferação de armas brancas e substâncias perigosas.»

A epígrafe do artigo 6.º passa a ser «Proibição» ao invés de «Pena»;

O n.º 1 do actual artigo 7.º passa a ter a seguinte redacção: «São responsáveis pela fiscalização e apreensão de armas brancas e substâncias perigosas:»

A alínea a) do n.º 1 do actual artigo 7.º passa a ter a seguinte redacção: «A Polícia Nacional».

A epígrafe do actual artigo 8.º passa a ter a seguinte redacção: «Pena e agravantes»

O n.º 2 do actual artigo 8.º passa a ter a seguinte redacção: «São considerados agravantes passíveis de gerar multas até cinco vezes do salário mínimo nacional da Função Pública as seguintes infracções (...)»

Com a eliminação dos artigos 9.º e 10.º o anterior artigo 11.º passa a ser o actual 9.º e o anterior 12.º passou a ser o 10.º;

O actual artigo 9.º passa a ter a seguinte redacção: «A presente Lei é regulamentada por legislação específica.»

2.4. Propostas de aditamento.

Foram aditadas as alíneas d) aos actuais pontos 2 e 3 do artigo 3.º, respectivamente, com a seguinte redacção: «d) Outros»;

Aditou-se um novo artigo 4.º, com epígrafe e conteúdo respectivo: «Classificação de substâncias perigosas» e

«1. As substâncias perigosas classificam-se pela forma seguinte:

a) Produtos domésticos e combustíveis.

b) Medicamentos.

c) Outras drogas.

2. São produtos domésticos e combustíveis, os seguintes:

a) Lixívia, álcool e diluente.

b) Ácidos e petróleo.

c) Outros.

3. São medicamentos e outras drogas, os seguintes:

a) Cigarros, injeções e drogas ilícitas.

b) Medicamentos vendidos sem prescrição médica.

c) Outros.»

Aditou-se uma nova alínea c) ao n.º 1 do actual artigo 7.º, com a seguinte redacção: «O sector responsável pela fiscalização das actividades económicas.»

Aditou-se o n.º 2 do actual artigo 7.º, com a seguinte redacção: «2. A mercadoria apreendida, no âmbito do número anterior, é revertida a favor do Estado.»

Aditou-se um novo n.º 1 ao actual artigo 8.º com a seguinte redacção: «1. Quem for apanhado a circular e/ou a vender armas brancas e substâncias perigosas na via e instituições públicas fica sujeito a uma multa equivalente ao salário mínimo nacional da Função Pública.»

4. Votações.

Com as devidas alterações, a Proposta de Lei n.º 11/XI/3.^a/2020 – Que a Regula a Venda e o Porte de Armas Brancas e Substâncias Perigosas na Via Pública e Instituições Públicas foi submetida à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

5. Texto final.

Por fim, a Comissão elaborou o texto final da proposta de lei, em anexo ao presente Relatório, que deve ser submetida à votação final global pelo Plenário desta augusta Assembleia.

Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, São Tomé, 2 de Outubro de 2020.

O Presidente, Raúl Cardoso.

O Relator, Danilo Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Danilson Cotú.

Nesta fase, já não há discussão, apenas votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 41 votos a favor e 2 abstenções.

É preciso ter em conta o Regimento. Cada vez está diminuindo o número de Deputados do na Sala e ninguém pediu à Mesa para se ausentar.

Vozes: — Há quórum.

O Sr. **Presidente:** — Não é questão de quórum, veja o Regimento. Podemos voltar a chamar e conferir as pessoas que estão na Sala e marcar faltas, à excepção do Sr. Deputado Sebastião Pinheiro que solicitou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, já agora que tocou neste assunto, gostaria de aproveitar, porque tem sido experiência. Normalmente, quando temos mais de três pontos da ordem do dia, nunca terminamos a reunião às 13 horas. Tem sido já experiência das nossas actividades, porque os pontos, às vezes, são bastante longos. É preciso a Mesa definir para a próxima reunião, porque estamos aqui desde manhã até a tarde só com uma sandes na barriga. É difícil as pessoas trabalharem. Não temos nem como sair para almoçar e depois para voltar. Portanto, é preciso que a Mesa defina outra metodologia, para que possamos trabalhar.

Obrigado.

O Sr. **Presidente:** — É por causa disso que estamos a flexibilizar, mas há o risco de não ter quórum. Por isso estou a chamar atenção, já são 43.

Mas há outra questão. Se fôssemos pontuais, não ficaríamos aqui até esta hora. A reunião foi marcada para as 9 horas e iniciamos às 10 horas e 30 minutos.

Protestos do ADI.

Vamos encontrar uma forma de aligeirar o processo. Faltam dois pontos fáceis.

O quinto ponto, discussão e votação, na generalidade, especialidade e votação final global do Projecto de Resolução n.º 72/XI/5.ª/2020, que Propõe a Criação de uma Comissão Eventual para Apreciar as Contas Gerais do Estado pendentes e os respectivos Relatórios e Pareceres do Tribunal de Contas. A proposta vem da 2.ª Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, esta resolução vem no sentido de o Parlamento trabalhar em relação a inúmeros pareceres das Contas Gerais do Estado que o Tribunal de Contas tem depositado ao longo desses anos na Assembleia Nacional.

Daí que também o próprio Tribunal de Contas, às vezes, não cumpre o prazo estipulado e a 2.ª Comissão chegou à conclusão para a criação de uma comissão eventual, no sentido de trabalhar sobre os sete pareceres de contas do Tribunal de Contas, no sentido de encontrar uma saída para esta questão e, posteriormente, possamos, com alguma regularidade, aprovar essas contas aqui no Plenário, através dos pareceres da 2.ª Comissão.

A questão que se põe é que muitas dessas contas, os executores dessas Contas do Estado já não se encontram em exercício e põe-se a questão do debate político que se possa fazer correr o risco de não se contar com a presença das pessoas que fizeram parte de diferentes governos. E a Comissão anda a pensar em alguma assessoria dos técnicos do Pro-PALOP, no sentido de encontrarmos uma saída para podermos definir, a partir de então, uma estratégia para aprovação das contas futuras. Mas tem-se que resolver esta questão, porque o País fica um bocadinho negro, no panorama das contas ao nível da África e dos PALOP, também temos essa deficiência.

É mais ou menos isso que a Comissão pretende, no sentido de tomarmos uma decisão.

O Sr. **Presidente:** — Está feita a apresentação do justificativo que deu azo à apresentação desta proposta.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a leitura do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura do «Projecto de Resolução n.º 72/XI/5.ª/2020 – Criação da Comissão Eventual para Analisar e Apreciar todas as Contas Gerais do Estado pendentes, bem como os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas instruídos sobre as mesmas.

Preâmbulo.

No cumprimento do estabelecido no artigo 61.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 12/2009, de 15 de Outubro, Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), respeitante aos relatórios e pareceres das Contas Gerais do Estado;

Considerando que a Assembleia Nacional, enquanto o órgão fiscalizador das acções governativas, recebeu as Contas Gerais do Estado instruídas com os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas referentes aos anos 2011 a 2017, sem que as mesmas tenham sido objecto de qualquer julgamento político, pondo em causa a percepção da boa gestão e transparência dos recursos públicos;

Considerando, por outro lado, que a Conta Geral do Estado é um dos instrumentos essenciais de avaliação do desempenho e da boa governação, por diversas organizações internacionais de que São Tomé e Príncipe é parte;

Assim, a Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Criação.

É criada a Comissão Eventual para Analisar e Apreciar todas as Contas Gerais do Estado pendentes, bem como os Relatórios e Pareceres do Tribunal de Contas instruídos sobre as mesmas.

Artigo 2.º Composição.

Integram a referida Comissão cinco membros efectivos e dois suplentes, distribuídos proporcionalmente pelos grupos parlamentares, como a seguir se indica:

Membros efectivos: dois Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, dois Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, um Deputado do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Suplentes: um Deputado do Grupo Parlamentar do ADI e um Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, totalizando dois Deputados suplentes.

Artigo 3.º Atribuições.

É atribuído à citada Comissão Eventual as seguintes competências:

a) Apreciação do relatório e parecer do Tribunal de Contas por cada Conta Geral do Estado e elaboração do respectivo relatório.

b) Recolha de informações que julgar necessárias para a sua apreciação.

c) Solicitar sempre que entender a consultoria técnica externa.

Artigo 4.º Prazo.

Após o empossamento dos seus membros, a Comissão dispõe de um prazo máximo de 60 dias, para concluir e apresentar à Mesa da Assembleia Nacional o relatório final das conclusões sobre as Contas Gerais do Estado, bem como dos Relatórios e Pareceres do Tribunal de Contas.

Artigo 5.º Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, aos 10 de Novembro de 2020.

Os subscritores, Deputados Cristina Maria Fernandes Dias, Arlindo Ramos, Jamiel Segunda.»

O Sr. **Presidente**: — Estamos a apreciar na generalidade. Alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu tinha algumas dúvidas, mas outras delas foram ultrapassadas, até quando vi constante nos pontos da agenda pensei que fossemos criar uma comissão eventual com alguns elementos extra Assembleia, mas vendo o teor da proposta de resolução, tudo indica que são os Deputados a integrarem a tal comissão.

O problema que se coloca, como disse o Sr. Presidente da 2.ª Comissão, é o alcance. Primeiro, a pertinência, a tecnicidade desses documentos, a necessidade de o Estado cumprir com a lei, que é verificar as Contas do Estado e em face de rever as contas, estamos a falar de 7 anos, não sei se são os últimos 7 anos consecutivos ou não, e o mecanismo que a Assembleia terá de poder ouvir, se for caso disso, alguns actores que tiveram a gestão ou influência nessas contas, para poder fazer um relatório cabal.

Aí é que há muita coisa a fazer na nossa República. Primeiro, porquê que essas contas foram atrasadas? A Assembleia agora está com uma saia justa, desculpem o termo, não encontro outro. Vai ser difícil a Assembleia fazer cabalmente uma apreciação dessas contas e, se algo justificar, para poder ouvir ou auscultar vários outros intervenientes que estiveram a gerir os bens do Estado. Não é só governos centrais, governos locais e outras instituições. Por isso é que é conta do Estado. Se é conta do Estado, é tudo que é Conta do Estado. Banco Central, etc., etc.

Esta é a preocupação de fundo que estivemos a ver.

Gostaria de desejar boa sorte aos integrantes dessa comissão, mas é necessário o Estado são-tomense pensar bem, mas a Assembleia também lançar um repto, aqui cada instituição deve cumprir a sua parte, porque quando a outra instituição não cumpre, vai sobrar para os Deputados, porque os deputados não fazem nada, mas os deputados não podem apreciar contas sem o parecer de outra instituição. Isso é uma cascata que é necessário vermos e estarmos todos alinhados quanto a este aspecto, mas continuo com as dúvidas. Não peço à Mesa, mas coloco-as e espero que os Deputados da comissão possam conseguir ultrapassá-las.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente à questão, é complicado realmente analisar contas na ausência do seu executor, neste caso, os sucessivos governos, central e regional.

Quanto à acessória, a comissão contará com o apoio do Pro-PALOP e também o consultor que temos cá na Assembleia.

Se for necessário ouvir um ou outro cidadão, ou uma ou outra instituição, naturalmente que encontrarão mecanismos para o efeito.

A verdade é que temos que fazer o nosso trabalho. Por aquilo que ouvimos, que foi o argumento para a criação dessa comissão eventual, significa dizer que temos que concluir o processo. Recebemos os relatórios do Tribunal de Contas, temos que analisar e produzir um relatório, neste caso, da Assembleia sobre a prestação dessas contas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, esta questão da Conta Geral do Estado, na 2.^a Comissão, já a analisamos e há um problema na lei. Por isso, a Assembleia não pode ser responsabilizada por não ter apreciado as contas. As contas devem ser apresentadas à Assembleia Nacional e só depois da Assembleia Nacional é que essas contas são enviadas ao Tribunal de Contas. A solicitação da Assembleia para produção do respectivo relatório e o parecer sobre as mesmas. O procedimento tem sido ao contrário. O Governo entrega a conta ao Tribunal de Contas que analisa, aprecia, produz o relatório e o parecer e envia para a Assembleia, já fora do prazo, um ano depois. Não há possibilidade de a Assembleia analisar essas contas.

Por isso, para além da criação desta Comissão Eventual, e já estamos com o trabalho um pouco avançado, vamos propor a alteração da Lei do SAFE sobre esta questão. Vamos ter que reduzir os prazos e obrigar o Governo a apresentar essas contas à Assembleia Nacional e só depois ao Tribunal de Contas. Isso possibilitará aos Deputados analisarem essas contas, terem uma pré-análise das mesmas, antes de irem ao Tribunal de Contas e Assembleia depois poderá enviar ao Tribunal de Contas para o respectivo relatório e parecer.

Agora essa Comissão Eventual vai ter que apreciar as contas e apreciar os relatórios e as conclusões do Tribunal de Contas. E as responsabilidades orçamentais, quem as tem, quem responde por elas? Daí o problema. Por isso, acho que há uma certa urgência em resolvermos esse problema, para que a partir de 2021 já não estejamos perante este novo facto de Contas Gerais do Estado. Isso fica resolvido com a alteração da Lei do SAFE.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma intervenção?

Não sendo o caso, vamos submeter o projecto de resolução à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Vamos analisar na especialidade, o preâmbulo. Alguma proposta de alteração, emenda, correcção?
Não sendo o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Artigo 1.º Criação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Artigo 2.º Composição.

Aí temos uma questão. A comissão tem cinco membros efectivos e dois suplentes. Significa dizer que ela funciona com cinco membros efectivos, só na ausência de um dos membros efectivos é que entra um membro suplente. Mas temos a questão de proporcionalidade e representação. Se temos cinco membros efectivos: 2, 2, 1, é natural, mas os suplentes só são 2. Aí, temos dois caminhos: aumentar o número dos efectivos 3, 3, 1, se estivermos a falar da proporcionalidade, e aumentar o número de suplentes para 1, 1, 1. Se os Srs. Deputados não tiverem qualquer objecção, é apenas aumentar o número de suplentes para 3, para que, quando não estiver o representante da Coligação, seja o representante da Coligação a substituí-lo.

Alguma apreciação, objecção, proposta contra ou outra sugestão.

Aumentar apenas para 3 suplentes ou aumentar também o efectivo?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Acho que a proposta do Sr. Presidente é razoável, para os suplentes, aumentar mais 1, ficaríamos 3 suplentes, mas só que temos um problema de par. As comissões, geralmente, por causa da votação, é sempre ímpar. Se aumentarmos um suplente, dará 8 membros. Se houver algum problema? É essa questão de par.

O Sr. **Presidente**: — Mas essa questão não ocorre, porque a comissão funciona sempre com 5 membros. Os suplentes só têm lugar quando os efectivos estão impedidos ou impossibilitados de estar presentes.

Mais alguma sugestão?

Vamos votar o artigo 2.º com a alteração feita na questão de suplentes, apenas 1 Deputado do Grupo Parlamentar da Coligação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Artigo 3.º. Atribuições. O que está aí é regimental.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Artigo 4.º. Prazo. Também é regimental.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Artigo 5.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 46 votos a favor.

Relativamente a esta proposta de resolução, a Mesa enviará a nota, amanhã, aos distintos grupos parlamentares, para indicarem os nomes dos membros que farão parte desta Comissão Eventual.

O sexto ponto, discussão e votação, na generalidade, especialidade e votação final global da proposta de resolução n.º 73/XI/5.ª/2020, substituição de dois membros da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional (APSAN). Isto tem a ver com a substituição de dois membros desta Aliança Parlamentar que, por incompatibilidade de funções, não podem mais fazer parte dela.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer a apresentação da proposta.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passaria directamente à leitura da resolução, porque está reflectido na resolução de onde partiu a iniciativa. Trata-se de dois Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Então, este Grupo solicitou à Mesa da Assembleia a substituição desses Srs. Deputados que, por razões de incompatibilidade, ocuparam as funções de ministros e não poderiam continuar nessas funções, representando a Assembleia.

«Projecto de resolução n.º 73/XI/5.ª/2020 – Substituição de dois membros da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar (APSAN).

Preâmbulo.

Tendo em conta que a Assembleia Nacional aprovou a resolução que cria e designa os Deputados para a composição da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional;

Considerando ainda que os anteriores membros da Aliança Parlamentar são Deputados que pertencem ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, com mandato suspenso por incompatibilidade de funções;

Havendo a necessidade de se proceder à recomposição desta Aliança, em função do preenchimento de vagatura dos respectivos lugares correspondentes às atribuições do Presidente da 1.ª Comissão Especializada Permanente e do membro efectivo da 2.ª Comissão Especializada Permanente, respectivamente;

Assim, a Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Designação.

1. É designado o Sr. Deputado Raúl Cardoso do Espírito Santo, Presidente da Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, como o Secretário-Geral da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional, em substituição do Sr. Cílcio dos Santos, designado nos termos da alínea b) do artigo 1.º da Resolução n.º 93/XI/2020, de 13 de Agosto.

2. É igualmente designada a Sra. Deputada Maria das Neves Ceita Batista de Sousa como a Tesoureira da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional, em substituição do Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo, designado nos termos da alínea c) do artigo 1.º da Resolução n.º 93/XI/2020, de 13 de Agosto.

Artigo 2.º. Substituição.

A substituição de membros da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional é formalizada por despacho do Presidente da Assembleia Nacional, após a indicação dos nomes pelas respectivas Comissões Especializadas Permanentes.

Artigo 3.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.
Publique-se.
Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 10 de Novembro de 2020.
O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, alguma reacção?
Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, apenas o meu nome parece estar invertido, é «Raúl do Espírito Santo Cardoso» e está «Raúl Cardoso do Espírito Santo».

O Sr. **Presidente**: — Correção aceite e vai-se proceder em conformidade.
Mais alguma reacção?
Não sendo o caso, vamos submeter o projecto à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Estamos a analisar o preâmbulo. Alguma proposta de alteração, correção ou aditamento?
Não sendo o caso, vamos passar à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Designação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Substituição.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 3.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos passar à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Chegamos ao fim dos nossos trabalhos, peço desculpas às Sras. e aos Srs. Deputados, pela demora, e gostaria de agradecer pelo esforço.

Amanhã teremos uma cerimónia fúnebre de Estado, que se iniciará às 9 horas, na câmara ardente, no edifício do Tribunal de Contas. Aproveito para convidar as Sras. e os Srs. Deputados que queiram estar presente, para participarem nessa cerimónia. No entanto, será indispensável a presença dos membros da Mesa da Assembleia e dos Líderes Parlamentares. Para os restantes membros é facultativo.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Faltou à sessão o seguinte Sr. Deputado:

Movimento de Cidadãos Independentes

António do Rei Faleiro